

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CÁSSILA CAVALER PESSOA DE MELLO**

**A BUSCA DE ESPAÇOS PARA O COMÉRCIO DE GÊNEROS**  
**ALIMENTÍCIOS EM DESTERRO**

**Galpões, quiosques e o novo Mercado Público Municipal**

**FLORIANÓPOLIS**

**2014**

**CÁSSILA CAVALER PESSOA DE MELLO**

**A BUSCA DE ESPAÇOS PARA O COMÉRCIO DE GÊNEROS  
ALIMENTÍCIOS EM DESTERRO**

**Galpões, quiosques e o novo Mercado Público Municipal**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História como requisito parcial para obtenção do título de bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Beatriz Gallotti Mamigonian.

FLORIANÓPOLIS  
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às dez horas, no Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Henrique Espada Lima**, Presidente, por **Angela Bernadete Lima**, Titular da Banca, e por **Maysa Espíndola de Souza**, Suplente, designados pela Portaria nº43 /TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Cássila Cavaler Pessoa de Mello**, subordinado ao título: “**A busca de espaços para o comércio de gêneros em Desterro: galpões, quiosques e o novo Mercado Público Municipal**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi argüida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido do Professor **Henrique Espada Lima**, a nota final 10, de **Angela Bernadete Lima**, a nota final 10, e de **Maysa Espíndola de Souza**, a nota final 10; sendo aprovada com a nota final 10. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História, até o dia doze de dezembro de dois mil e quatorze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 3 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. **Henrique Espada Lima** ..... *Henrique E. R. Lima Filho*  
Prof.<sup>a</sup> **Angela Bernadete Lima** ..... *Angela Bernadete Lima*  
Prof.<sup>a</sup> **Maysa Espíndola de Souza** ..... *Maysa Espíndola Souza*  
Candidata **Cássila Cavaler Pessoa de Mello** ..... *Cássila C. P. de Mello*

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e experiências me ajudaram a concretizar este trabalho. O percurso foi longo. Nunca é fácil escolher, principalmente, quando as escolhas envolvem perdas que são valorizadas pela sociedade. Mas sabemos o que queremos e a vida sempre fecha algumas portas para nos colocar no caminho certo. Pessoas importantes não serão citadas aqui, mas serão lembradas.

Agradeço à turma do Hospital Governador Celso Ramos e da Diretoria da Assistência Farmacêutica que sempre me trataram com muito carinho. Aos colegas e professores do curso de Farmácia e Análises Clínicas que apoiaram a minha opção por história quando percebi que não me sentia bem como farmacêutica. Dessa jornada, guardo a amizade de Joseane Budni e de Manuela Bagestan.

Já no curso de Bacharelado e Licenciatura em História, devo agradecer às experiências vividas no Programa de Educação Tutorial, aos colegas e aos professores com os quais convivi nesse espaço. A prova de seleção realizada e o Grupo de Estudos de Escravidão me afastaram do meu projeto inicial de me dedicar à História da Saúde para manter o vínculo com a minha primeira formação. Mais uma vez, deixei a paixão me guiar.

Durante o curso de História, conheci professores, colegas e funcionários que marcaram minha formação e me inspiraram com sua dedicação e compreensão. Agradeço a todos. Guardo com muito carinho o período de estágio no Programa Santa Afro Catarina que me proporcionou o contato com pessoas parceiras, inteligentes e humildes.

Agradeço pelo incentivo constante das professoras Andréa Ferreira Delgado e Beatriz Gallotti Mamigonian que não deixaram de acreditar em mim e que me ajudaram a seguir em frente. Agradeço à orientação da professora Beatriz Gallotti Mamigonian e a sua paciência com as minhas mudanças de tema que comprometeram o tempo de realização dessa pesquisa.

Agradeço a Henrique Espada Lima, Angela Bernadete Lima e a Maysa Espíndola Souza que compuseram a banca e contribuíram com sua leitura minuciosa e com suas sugestões. Vocês tornaram o momento da defesa muito especial. Agradeço a Antônio, Dayanne Scheltz, Gustavo Tiengo Pontes, Jurama Bergman Vieira e Márcia Regina Valério que me acalmaram com sua presença.

Os amigos Claudionor Pirola, Dayanne Scheltz, Gustavo Tiengo Pontes, Isonete Vilverte, Jurama Bergman Viera, Maysa Espíndola Souza e Thiago Linhares Weber ficaram do meu lado em um momento difícil, suportaram meu jeito desligado e relevaram meus

esquecimentos e a minha ausência. As mensagens diárias de Isonete Vilverte me acompanharam ao longo de toda a escrita desse trabalho. Sou grata a vocês e espero poder retribuir.

Quero agradecer também à minha família especial que sempre quis o meu melhor. Muito obrigada Denise Cavaler Pessoa de Mello, Álvaro Azambuja Pessoa de Mello, Tamila Cavaler Pessoa de Mello, Álvaro Cavaler Pessoa de Mello e Gilmar Evandro Szczepanik. Agradeço também aos meus avós Driz Amboni Cavaler, Hercílio de César Cavaler, Âyde Azambuja Pessoa de Mello e José Cândido Pessoa de Mello que alimentaram meu gosto pela história ao compartilharem comigo suas trajetórias e experiências. Devo muito à nona (Driz) que sempre me acolheu em sua casa e dedicou a mim toda a sua paciência e seu tempo.

Obrigada a todos.

## RESUMO

O primeiro prédio de Mercado Público de Desterro foi inaugurado em 1851 na praia situada em frente ao Largo da Igreja Matriz. O Mercado Público atual de Florianópolis iniciou seu funcionamento em 1899. O objetivo principal dessa pesquisa é investigar os motivos que ocasionaram sua construção e possíveis conflitos em torno desse processo. Para isso, considera-se necessário situar o primeiro prédio de Mercado e sua relevância como centro de abastecimento de gêneros alimentícios nas décadas de 1880 e 1890 e avaliar o que este representava para a sociedade. A análise de jornais, correspondências oficiais, atas das sessões da câmara municipal, do conselho municipal e dos relatórios de província demonstraram a insuficiência de espaço no primeiro Mercado, as estratégias da população para conquistar um lugar no seu interior e exterior e a busca de alternativas pelo governo para abrigar o comércio de gêneros. A necessidade de mais espaço foi uma das justificativas adotadas para o início da construção do novo prédio de Mercado pelo governo republicano. Entretanto, sua edificação não proporcionou a resolução deste problema e foi alvo de crítica pela oposição.

**Palavras-chave:** Mercado Público; Desterro; Florianópolis; abastecimento; quiosques; galpões.

## LISTA DE FIGURAS/FONTES ICONOGRÁFICAS

- Figura 1 - Comércio na praia do primeiro prédio de mercado entre 1890 e 1899.....pág. 21
- Figura 2 - Vista do Mercado a partir da Igreja Matriz na década de 1890.....pág. 22
- Figura 3 - Comércio nas adjacências do Mercado.....pág. 25
- Figura 4 - Proposta de melhoramentos efetuada por Antero de Brito em 1846.....pág. 49
- Figura 5 - Rua do Comércio, atual Conselheiro Mafra, no final do século XIX.....pág. 58
- Figura 6 - Mercado novo em dia da feira dos colonos.....pág. 63
- Figura 7 - Peixeiros vendendo produtos do lado de fora do mercado novo após 1915....pág. 63
- Figura 8 - O movimento em torno do Mercado novo.....pág. 64

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APESC Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

APMF Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

BPESC Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - A CIDADE E O SEU MERCADO NO FINAL DO SÉCULO XIX.....	17
1.1 O dinamismo gerado pelo comércio de gêneros na Ilha de Santa Catarina na segunda metade do século XIX.....	19
1.2 O primeiro Mercado Público de Desterro.....	23
1.3 As formas de acesso ao espaço do Mercado.....	29
1.4 Considerações.....	33
CAPÍTULO 2 - AS DISPUTAS PELO ESPAÇO.....	34
2.1 Os polêmicos e elegantes quiosques.....	35
<i>As concessões.....</i>	36
<i>O debate entre a Câmara e o Presidente da Província.....</i>	38
<i>Início das obras e recomeço da polêmica.....</i>	41
<i>A resolução do conflito.....</i>	45
2.2 Considerações.....	47
CAPÍTULO 3 - NOVOS ESPAÇOS.....	49
3.1 Galpão para venda do peixe.....	51
3.2 Galpão para abrigo dos gêneros da nossa lavoura e dos colonos.....	55
3.3 O novo Mercado.....	57
3.4 Considerações.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
LISTA DE FONTES ESCRITAS/IMPRESSAS.....	71

## INTRODUÇÃO

Diversas transformações culturais, socioeconômicas e urbanísticas ocorreram entre o final do século XIX e o início do século XX no âmbito local, nacional e internacional. As sociedades vivenciavam a expansão do imperialismo e do capitalismo, o aumento da pobreza, conquistas e descobertas técnicas e científicas que revolucionaram os hábitos e o cotidiano. Paralelamente, as cidades brasileiras cresciam, recebiam diversos imigrantes europeus e suas funções se tornavam mais complexas<sup>1</sup>.

As décadas de 1880 e 1890 foram marcadas por transformações nas relações de trabalho e políticas no cenário nacional. O abolicionismo se fortaleceu, o poder público passou a intervir com mais intensidade nas relações entre senhor e escravo e o parlamento e a justiça se tornaram espaços importantes de embate no que diz respeito às relações sociais da escravidão e da liberdade. Em meio a discussões permeadas pela defesa do direito de propriedade pelos senhores de escravos, a Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários foi aprovada em 28 de setembro de 1885 após duas dissoluções da Câmara e a demissão de dois gabinetes. Em 13 de maio de 1888, a escravidão foi abolida<sup>2</sup>.

No ano seguinte, em 15 de novembro de 1889, um golpe militar derrubou a Monarquia e instaurou a República. O novo regime de governo, no entanto, não deve ser visto apenas como decorrente desse acontecimento. O republicanismo se oficializou no Brasil a partir da década de 1870. Republicanos com tendências diferenciadas se organizaram na forma de partidos políticos, clubes, congressos e se expressaram através dos jornais. O enfraquecimento da Monarquia e a proclamação da República foram influenciados por diversos fatores como: o descontentamento dos militares; o estado de saúde de D. Pedro II e a questão da sua sucessão; a perda de apoio da elite cafeeira que considerava insuficiente o esforço de modernização monárquico e que foi afetada pela abolição<sup>3</sup>.

Antes da consolidação do novo regime, viveu-se um momento de instabilidade política. As eleições para Assembleia Constituinte foram convocadas somente em junho de

---

<sup>1</sup> COSTA, Sandro da Silveira. Transfigurações Urbanas em Florianópolis (1880-1930). *ÁGORA* - Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público de Santa Catarina, Florianópolis, v. n. 29, p. 26-33, 1999; NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República na virada do século XIX para o XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (org). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 14-43.

<sup>2</sup> MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição*. Escravos e Senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

<sup>3</sup> NEVES, op. cit., p. 14-43.

1890 e a nova Constituição foi aprovada em fevereiro de 1891. Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto foram eleitos, indiretamente pela referida Assembleia, presidente e vice-presidente do Brasil. Após tensões políticas, Floriano Peixoto assumiu a presidência e permaneceu no cargo até novembro de 1894. Durante esse período, destituiu vários governadores e suprimiu movimentos como a Revolta da Armada e a Revolução Federalista<sup>4</sup>.

Nas províncias, governos provisórios foram instalados após a recepção da notícia da proclamação. Em Desterro, os republicanos ganharam o espaço ocupado anteriormente pelos conservadores e liberais. Em meio a divergências políticas locais, a Revolta da Armada eclodiu no Rio de Janeiro e foi apoiada pelos federalistas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Decidiu-se que Desterro seria a sede da Revolução Federalista e em outubro de 1893 instalou-se na cidade o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. O governo de Floriano Peixoto reagiu, foram efetuadas prisões e fuzilamentos no Estado. Os federalistas foram derrotados e desalojados em 19 de abril de 1894. No mesmo ano, a capital de Santa Catarina, sob o governo de Hercílio Luz, passou a se chamar Florianópolis<sup>5</sup>.

Segundo Roselane Neckel, os dilaceramentos provocados pela Revolução Federalista em Santa Catarina abriram espaço para um discurso de reconstrução associado à realização de novas obras por um governo que se anunciava como reformador. As intervenções na paisagem passaram a ser feitas em um ritmo mais acelerado e marcaram a Primeira República Catarinense. Nesse contexto de transformações políticas e sociais, foi construído o segundo e atual Mercado Público de Desterro<sup>6</sup>.

Hermetes Reis de Araújo demonstrou que a capital catarinense passou por uma série de reformas urbanas durante a Primeira República e que novas formas de controle e segregação social foram implantadas durante esse período. As tentativas de reformas sanitárias e as formulações científicas de organização social foram instrumentos que auxiliaram as elites a remodelar a sociedade local<sup>7</sup>.

Eliane Veras da Veiga analisou o processo de mutação da paisagem do centro de Florianópolis e registrou as principais mudanças físico-espaciais ocorridas nessa região entre 1850 e 1930. A construção do primeiro e do segundo Mercado Público foram inseridas dentro

---

<sup>4</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República na virada do século XIX para o XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (org). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excluyente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 14-43.

<sup>5</sup> NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889 - 1920)*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003. p. 9-37.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 39-47.

<sup>7</sup> ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

da evolução do conjunto urbano situado no entorno da praça principal e do conjunto situado no lado oeste da mesma respectivamente. A autora abordou rapidamente os conflitos que permearam a escolha do local onde deveria ser construído o primeiro Mercado e apontou a sua posterior demolição assim como a construção do segundo Mercado entre 1896 e 1899<sup>8</sup>.

Nivaldo Jorge da Silva é uma referência citada em todos os trabalhos que tratam do Mercado Público de Florianópolis. O autor inseriu a construção do primeiro prédio de Mercado dentro de uma luta médico-higienista-social. Segundo o autor, a sua inauguração não resolveu os problemas sociais e o seu espaço teria se tornado insuficiente com o passar do tempo o que levou a necessidade da construção de um galpão próximo ao Mercado. O discurso de reforma da área central se intensificou com a proclamação da República e incentivou a construção de um segundo prédio de Mercado. Silva menciona que houve discussões em torno do local de construção do Galpão do Peixe e em torno do local de construção do segundo prédio de Mercado. Essas discussões, no entanto, não são exploradas na sua obra<sup>9</sup>.

Ricardo Moreira de Mesquita escreveu sobre os Mercados Públicos de Florianópolis com ênfase nos dois prédios centrais. Sua obra abrange desde o período em que o comércio de gêneros ocorria na praia em frente à praça principal até a história recente do segundo Mercado no século XX e direciona-se ao público em geral interessado em conhecer um pouco da história da cidade. O autor constatou que a cidade possuiu sete Mercados Públicos ao longo dos séculos XIX e XX e que a construção de outros três foi cogitada sem ser efetuada. Houve um grande trabalho de levantamento de dados e fontes. Muitas informações importantes foram elencadas<sup>10</sup>. No entanto, fontes significativas não foram exploradas e existem divergências de interpretação.

André Yamamoto abordou a construção dos Mercados Públicos em Florianópolis com ênfase nas polêmicas que permearam a construção do primeiro prédio e na reflexão sobre os significados dessas edificações. Situou esse processo dentro de um contexto no qual se buscava a higienização, o afastamento de indivíduos indesejados e o embelezamento da cidade. A inauguração do segundo prédio representaria, em parte, uma preocupação da classe alta em tornar Florianópolis mais atraente e com status de cidade grande. Esse objetivo foi alcançado, na perspectiva do autor, pelo fato de o Mercado ter se tornado um símbolo da cidade. Yamamoto observou que se buscou transmitir a imagem de uma cidade bonita e

---

<sup>8</sup> VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: Memória Urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

<sup>9</sup> SILVA, Jorge Nivaldo de. *A Descoberta do Mercado Público*. Florianópolis: Associação dos Comerciantes e Varejistas do Mercado Público, 1996.

<sup>10</sup> MESQUITA, Ricardo Moreira. *Mercado: Do Mané ao Turista*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002.

aberta à visitação enquanto a pobreza e as diferenças sociais foram empurradas para áreas menos nobres<sup>11</sup>.

Angela Bernadete Lima investigou a articulação entre as políticas de mudanças urbanas e as normas de higiene com o controle da produção e comércio alimentar. Analisou a relação entre a modernização de espaços e a preocupação com o que estava sendo consumido pela população e a importância e contribuição das atividades agropecuárias para o desenvolvimento da cidade de Desterro. A autora destacou que as mudanças urbanas estão associadas à tentativa de vigiar e modificar hábitos da população<sup>12</sup>.

Os trabalhos citados abordaram o Mercado, sobretudo, sob a ótica da transformação espacial da cidade de Desterro e da intervenção pública no comércio de gêneros alimentícios. Outros autores exploraram o espaço do Mercado como um local de sobrevivência para os trabalhadores e analisaram as estratégias adotadas pelos mesmos para continuar com suas atividades e garantirem seu sustento.

Fabiane Popinigris analisou os sujeitos que atuaram dentro do primeiro Mercado e as suas relações de trabalho. Explorou a presença de libertos e escravos no comércio ambulante de Desterro e dentro do primeiro Mercado Público. A autora destacou a atuação destes como pombeiros e quitadeiras e essas funções como fontes de renda que possibilitavam a obtenção da liberdade e o sustento desses indivíduos<sup>13</sup>. Popinigris identificou a significativa presença de mulheres quitadeiras atuando no primeiro Mercado e uma significativa presença de trabalhadoras de origem africana no comércio de gêneros. Observou que o estabelecimento dos africanos e seus descendentes como comerciantes tornou-se mais difícil no transcorrer da segunda metade do século XIX. Para a autora, a história do Mercado representa as progressivas tentativas de controle sobre a população escrava, liberta e livre e o acirramento do controle sobre o comércio de gêneros<sup>14</sup>.

A trajetória da quitadeira Maria Mina, que atuou dentro do Mercado, foi investigada por Popinigris. A africana pagou por sua alforria em 1860 e participou da negociação da liberdade do pardo Manoel na década de 1880 em um contexto no qual diversos escravos

---

<sup>11</sup> YAMAMOTO, André. R. P. I. Reconstruindo o Mercado Público de Florianópolis. *Revista Santa Catarina em História* - Florianópolis - UFSC - Brasil ISSN 1984-3968, v.1, n.1, 2008.

<sup>12</sup> LIMA, Angela Bernadete Lima. *Da feira ao mercado: Abastecimento, práticas de venda e de fiscalização de gêneros alimentícios em Desterro/Florianópolis (1880-1930)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

<sup>13</sup> POPINIGRIS, Fabiane. Trabalhadores do comércio ambulante de gêneros e comerciantes do mercado público de desterro no século XIX. In: I Seminário Internacional de História do Trabalho/V Jornada Nacional de História do Trabalho. *Anais*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, outubro de 2010.

<sup>14</sup> Idem. “Aos pés dos pretos e pretas quitadeiras”: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro – 1840-1890. *Afro-Ásia*, 46, p. 193-226, 2012.

estavam sendo vendidos para outras províncias, em que arranjos de liberdade foram firmados na tentativa de prolongamento das relações de dependência e no qual a intervenção estatal foi acionada na busca pela liberdade. A autora evidenciou a rede de sociabilidade da quitandeira africana e suas estratégias de sobrevivência associadas ao comércio de gêneros em Desterro em diferentes momentos<sup>15</sup>.

A inserção dos africanos no mercado de trabalho urbano foi estudada também por Juliana Barreto Farias. A autora analisou o Mercado da Candelária localizado no Rio de Janeiro e seu entorno onde trabalhavam comerciantes de diferentes origens e condições sociais. Ela abordou a disputa pela posse de uma banca de peixe travada pelo liberto africano José Sayão de “nação calabar” e pelo “cidadão brasileiro” Antonio Joaquim Franco em 1846 evidenciando as estratégias de luta pela permanência nesse espaço adotada pelos africanos, a existência de hierarquias dentro do espaço do Mercado e as diferentes relações dos indivíduos com a municipalidade<sup>16</sup>.

Os trabalhadores adotaram diversas estratégias para se defenderem e permanecerem no comércio de gêneros alimentícios. Farias apresentou o exemplo da greve ocorrida na Praça das Marinhas em 1885 na cidade do Rio de Janeiro. Um grupo formado por mais de cem homens e mulheres quitandeiros e agricultores se recusaram a continuar seu comércio e impediram que barcos e carroças descarregassem suas mercadorias. O motivo do conflito foi a construção de barracas na Praça das Marinhas à margem da doca do Mercado da Candelária pelos empresários do consórcio Oliveira & C. responsáveis pelo arrendamento do terreno que deveriam ser alugadas pelo preço de 400 réis. Diante disso, mercadores assinaram uma petição que foi encaminhada ao Ministério do Império alegando que a Praça das Marinhas era, até então, destinada ao gozo público e à feira do mercado. A população se mobilizou e os protestos só foram suspensos, aparentemente, após a definição de um local próximo para que os mercadores pudessem atuar devendo apenas pagar a licença anual rotineira à câmara e fazer uma inscrição. Farias investigou quem eram os grevistas e os comerciantes que desejavam usufruir daquele espaço e constatou que quitadeiras estavam presentes na Praça do Mercado, na Praça das Marinhas, na greve de 1885 e que sua atuação política, provavelmente, estava longe de ser eventual<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> Idem. *Maria Mina e as disputas pelo mercado de trabalho em Desterro, século XIX*. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 115-135, 2013.

<sup>16</sup> FARIAS, Juliana Barreto. A Câmara e o mercado: Os trabalhadores da Praça do Mercado do Rio de Janeiro e suas relações com a municipalidade no século XIX. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 5, n. 9, p. 49-73, janeiro-junho de 2013.

<sup>17</sup> Idem. Mercado em greve: Protestos e organização dos trabalhadores do pequeno comércio no Rio de Janeiro – Outubro, 1885. *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, n. 127 p. 100 – 157, 2010.

Valter Martins interpreta o prédio de Mercado como um espaço de norma e de luta pela sobrevivência. Constatou que a construção do Mercado Grande na Vila de São Carlos, atual Campinas, representou uma tentativa de se restringir a atuação de atravessadores e de se resolver o problema da falta e do alto custo dos alimentos em um período no qual as lavouras de café ganhavam espaço e a mão de obra era cara. Seu estabelecimento impulsionou diversas transformações no espaço urbano e acarretou uma intensa movimentação na região. O autor mostrou que esse espaço de normatização associado à busca pelo controle e higienização tornou-se, paralelamente, um local de agitação social difícil de ser controlado<sup>18</sup>.

A presente pesquisa também olha para o espaço do Mercado. Seu objetivo principal investigar os motivos que levaram a construção do segundo e atual prédio de Mercado Público de Florianópolis e investigar possíveis conflitos em torno desse processo considerando o contexto histórico e as discussões apresentadas. A pesquisa iniciou com ênfase no período situado entre os anos de 1887 e 1899. Considera-se que a análise da situação do Primeiro Prédio do Mercado Público no final do século XIX pode auxiliar na resposta a essa questão.

Inicialmente, foram consultados os periódicos que estavam disponíveis na BPESC referentes às décadas de 1880 e 1890. Posteriormente, foram consultados os relatórios dos presidentes de província e a partir da análise dessas fontes, foram feitos recortes temporais na análise das outras fontes com ênfase na análise do período situado entre 1887 e 1899. Além da documentação citada, foram consultadas as atas das sessões da câmara municipal de Desterro, do conselho municipal e correspondências oficiais trocadas entre a instância municipal e a provincial/estadual.

O trabalho se divide em três capítulos. No primeiro, buscou-se demonstrar a centralidade e o papel integrador do primeiro Mercado e a disputa pelo seu espaço interno associada à valorização do mesmo. As atas das sessões da câmara municipal demonstram a demanda contínua por um lugar no seu interior e os valores dos contratos de aluguel sugerem o aumento de sua importância no transcorrer do século XIX.

No segundo capítulo, foi abordada a polêmica em torno da concessão de licenças para construção de quiosques ao redor do Mercado que causou atritos entre a câmara e o presidente da província. Em meio a uma série de questões legais que foram exploradas, pode-se vislumbrar o espaço externo do Mercado e se evidenciar a insuficiência de espaço no seu interior e exterior. As atas das sessões da câmara municipal, os jornais e as correspondências

---

<sup>18</sup> MARTINS, Valter. Nos arredores do Mercado Grande: Mudança Urbana e Agitação Social em Campinas na Segunda Metade do Século XIX. *Oculum Ensaio* (PUCCAMP), Campinas, p. 44-57, 2002.

trocadas demonstram a repercussão do conflito, a disputa entre os diferentes poderes e os usos ambíguos da legislação.

No último capítulo, discutiu-se a necessidade de mais espaço, as proposições feitas para atender essa demanda e as divergências em torno da mesma. Três diferentes obras estavam em discussão: o galpão do peixe; o galpão para abrigos dos gêneros trazidos pelos colonos e os da “nossa lavoura” e o novo Mercado. As atas das sessões da câmara e do conselho municipal, os relatórios dos presidentes de província e os jornais analisados foram explorados nesse capítulo e demonstraram que reformas importantes já vinham sendo discutidas no período imperial, mas que houve uma intensificação das transformações do espaço urbano sobre o governo republicano.

## CAPÍTULO 1 - A CIDADE E O SEU MERCADO NO FINAL DO SÉCULO XIX

O viajante Saint-Hilaire fez uma passagem pelo Brasil entre 1816 e 1822. Esteve na Província de Santa Catarina em 1820 e descreveu a configuração espacial da área central de Desterro e as características de sua população. Observou que a região por colinas e morros, possuía grande extensão e pouca largura, estava dividida em duas partes desiguais pela existência de uma grande praça que se estendia da igreja paroquial até a praia. Além da referida igreja, o palácio do governo e a casa da câmara estavam situados ao redor da praça principal. O palácio possuía apenas um andar, a casa da câmara possuía dois andares, sendo o pavimento térreo ocupado para cadeia. As lojas existentes na região vendiam produtos variados e se abasteciam com mercadorias provenientes do Rio de Janeiro. Na área adjacente, ficava o quartel, igrejas menores entre as quais se destacava a Igreja Menino de Deus junto ao hospital. A vizinhança da cidade estava cercada por chácaras e sítios nos quais era comum a presença de roças de mandioca e laranjeiras<sup>19</sup>.

Desterro foi descrita como uma cidade marítima e comercial. O viajante encontrou uma dúzia de pequenas embarcações tanto no seu porto como no de Santa Cruz e observou que o seu canal era continuamente atravessado por canoas que conduziam gêneros para a cidade. Entre os principais gêneros de exportação, estavam a farinha de mandioca, o arroz, o azeite de baleia, a cal, o feijão, milho, melado, madeira de construção e de marcenaria, couro, louças de barro, peixe salgado, tecidos de linho, tecidos de cânhamo e algodão. Havia exportação também de açúcar, alho, cebola, café e polvilho<sup>20</sup>.

A população foi considerada majoritariamente branca, o campo foi descrito como animado pela presença dos lavradores que viviam em sua maioria na miséria. A relação entre escravos e indivíduos livres era de 1 para 5. Saint-Hilaire concluiu que a população tendia ao empobrecimento e que a produção tendia a diminuir em função do sistema agrícola irracional<sup>21</sup>.

Apesar de considerar os lavradores pobres e de acreditar no empobrecimento da cidade, seu relato aponta para uma economia dinâmica, que empregava escravos e na qual havia produção e comercialização de gêneros para outras regiões. As canoas mencionadas

---

<sup>19</sup> SAINT-HILAIRE, August. *Viagem á Província de Santa Catharina (1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 145-177.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 145-158.

<sup>21</sup> Ibidem.

pelo autor poderiam estar se dirigindo tanto para o porto quanto para a praia em frente à praça na qual realizava-se um comércio local de gêneros.

Segundo o memorialista Oswaldo Cabral, a praia chegava à altura das atuais Ruas Conselheiro Mafra e João Pinto. Canoas de diversos pontos da Ilha e do Continente abicavam na praia em frente à praça para vender produtos como farinha, legumes, frutas, as caças e os peixes. Este era o ponto de convergência dos produtores e se tornou um ponto importante para o comércio da cidade. As quitandeiras também vendiam seus quitutes nesse espaço. Os produtos comercializados foram vendidos de diferentes formas ao longo do tempo: nas canoas que ali abicavam; em esteiras estendidas sobre a areia; em quiosques; em toldos; em bancas de peixes e em barraquinhas permanentes pelas quais o governo cobrava aluguel. A demolição das barraquinhas e construção do primeiro Mercado Público de Desterro inaugurado em 1851 foi cercada por disputas e polêmicas que foram objeto de estudo de outros autores<sup>22</sup>.

As barraquinhas foram consideradas inestéticas, mal frequentadas e um foco de epidemias por parte da sociedade que defendeu a sua demolição. Além disso, alguns políticos da cidade não concordavam com a realização do comércio de gêneros na porta de entrada da capital da província e defendiam a construção do prédio do Mercado Público fora da praça principal. As barraquinhas foram removidas da região central apenas com a vinda do Imperador em 1845, mas o comércio de gêneros acabou se consolidando na praça principal com a inauguração do primeiro Mercado no seu entorno em 1851<sup>23</sup>.

Ao longo deste capítulo, procurar-se-á apresentar uma Desterro dinâmica na qual havia produção, processamento e comercialização de gêneros alimentícios. Além disso, será apresentado o espaço do Mercado no final do século XIX, seu funcionamento e demonstrada sua centralidade para a Ilha de Santa Catarina nesse período.

---

<sup>22</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. O que mais na praça havia- A sua praia e o seu miolo. In: *Nossa Senhora do Desterro: Notícia*. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 77-109.

<sup>23</sup> CABRAL, op. cit. p. 77-109; VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: Memória Urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010. 464p; SILVA, Jorge Nivaldo de. *A Descoberta do Mercado Público*. Florianópolis: Associação dos Comerciantes e Varejistas do Mercado Público, 1996; MESQUITA, Ricardo Moreira. *Mercado: Do Mané ao Turista*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002. 194p; YAMAMOTO, André. R. P. I. Reconstruindo o Mercado Público de Florianópolis. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v.1, n.1, 2008; POPINIGIS, Fabiane. *Maria Mina e as disputas pelo mercado de trabalho em Desterro, século XIX*. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2013, p. 115-135.

### ***1.1 O dinamismo gerado pelo comércio de gêneros na Ilha de Santa Catarina na segunda metade do século XIX***

No ano de 1872, a população de Desterro era composta por 22769 indivíduos livres e 2940 escravos distribuídos entre as freguesias de Nossa Senhora do Desterro, Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, São João Batista do Rio Vermelho, Santíssima Trindade Detrás do Morro e Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. A freguesia Nossa Senhora do Desterro que abrigava o centro administrativo da Província possuía 8608 habitantes<sup>24</sup>.

Essas freguesias estavam ligadas por rotas marítimas e terrestres. A produção e comercialização de gêneros incentivava a integração entre os diferentes espaços da Ilha de Santa Catarina. A produção da Ilha e adjacências poderia ser destinada tanto ao comércio local quanto à região portuária para a venda para outras cidades, províncias e países. Desterro, além de abrigar o centro administrativo da Província, era importante por sua produção de gêneros e por sua atividade portuária<sup>25</sup>.

A região portuária de Desterro servia de escoadouro para a produção da Província. O período de maior atividade mercantil ocorreu na década de 1860. Houve uma grande demanda de farinha de mandioca nos anos de 1865 e 1866 associada à Guerra do Paraguai e à alta do algodão e café no mercado exportador. A farinha de mandioca era produzida em grande quantidade na própria Ilha de Santa Catarina e nos diversos pontos do litoral da Província. Foi o produto mais exportado pela província. O Rio de Janeiro foi o principal comprador da farinha de mandioca que saía dos portos de Laguna, Desterro e São Francisco. A maior parte das exportações realizadas pelo porto de Laguna destinava-se a Desterro. Produtos provenientes de diversos portos da Ilha passavam pelo porto de Desterro e a partir dele eram enviados para outras províncias e países<sup>26</sup>.

Clemente Gentil Penna analisou inventários post-mortem, mapas de população, livros de receita e despesa da câmara municipal, cartas de alforria e contratos de locação de serviços situados entre 1850 a 1888 e evidenciou o dinamismo da economia voltada para a produção e

---

<sup>24</sup> IBGE. Recenseamento do Brasil em 1872. Santa Catharina. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em julho de 2014.

<sup>25</sup> HUBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981; FERREIRA, G. de C. *Morros de lavoura: A vida agrícola na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1875 – 1900)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

<sup>26</sup> HUBENER, op. cit. p. 28-79.

comércio de gêneros que contava com a participação de pessoas de diferentes condições sociais e econômicas e que ligava as diferentes regiões da Ilha de Santa Catarina. A grande maioria dos inventários de moradores das freguesias interioranas da Ilha por ele analisados continham canoas entre os bens listados. Somada a essa constatação, a existência de ancoradouros e portos nestas localidades indica que havia escoamento da produção para a freguesia de Desterro<sup>27</sup>.

A movimentação financeira associada ao mercado de abastecimento sugere que esta atividade era lucrativa. Isto pode ser reforçado pela análise dos inventários de João Antônio da Silva e de José Antônio Carpes realizada por Penna e Jean Carlos Antônio<sup>28</sup>. João Antônio da Silva, falecido em 1878 no Ribeirão, teve uma das maiores fortunas identificadas da Ilha no século XIX. Possuía 22 escravos, terras, animais, roças e engenhos de cana e farinha listados em seu inventário que somavam aproximadamente 25 contos de réis<sup>29</sup>. O número inexpressivo de roças e de ferramentas indica que ele estava ligado apenas indiretamente à produção de gêneros e que optou por arrendar suas terras ou adotar o sistema de parceria. A hipótese foi reforçada pela presença de diversos pagamentos na forma de alimentos para a família de João Antônio da Silva e pela observação de que sua viúva não havia recebido o terço de trabalhadores que usufruíam das terras do monte inventariado<sup>30</sup>.

José Antônio Carpes, falecido em 1882 na Praia de Fora, estava envolvido com o transporte e comercialização das mercadorias produzidas em Santo Antônio. Carpes possuía um pequeno ancoradouro e um “hiate” de grande porte destinado ao transporte de mercadorias. Seu inventário contém uma lista de devedores que habitavam a freguesia de Santo Antônio e algumas dívidas não estavam expressas em dinheiro, mas sim em alqueires de farinha de mandioca e feijão<sup>31</sup>.

A freguesia da Lagoa também estava integrada ao mercado de abastecimento. A população da Lagoa e as atividades desempenhadas na região no final do século XIX foram estudadas por Joice Farias. A autora analisou 47 inventários referentes aos anos de 1870 a 1880 de residentes da freguesia da Lagoa. Encontrou menção a 39 engenhos, 84 escravos e 17 canoas. Havia engenhos de farinha, açúcar e milho na região. A presença de instrumentos para

---

<sup>27</sup> PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1859-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 55.

<sup>28</sup> PENNA, op. cit.; ANTÔNIO, Jean Carlos. *Fortuna e Escravidão na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão através da análise do inventário de João Antonio da Silva (1878)*. Trabalho de Conclusão de curso em História, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

<sup>29</sup> Ibidem. p. 53.

<sup>30</sup> ANTÔNIO, op. cit.

<sup>31</sup> PENNA, op. cit. p. 63.

processamento de café e algodão e de teares nos inventários apontam para a diversidade de atividades e de fontes de renda. Os camponeses foram classificados como pobres, remediados e ricos de acordo com o montante de seus bens<sup>32</sup>.

A autora encontrou um escravo e 13 engenhos entre os 24 camponeses classificados como pobres; 42 escravos, 14 engenhos e 9 canoas entre os 16 camponeses remediados; 41 escravos, 12 engenhos e 8 canoas entre os 7 camponeses ricos. Os camponeses pobres possuíam somente engenhos de farinha e apenas os camponeses ricos possuíam engenhos de açúcar. A quantidade de engenho por pessoa e a produção de açúcar e aguardente era o que diferenciava os camponeses ricos dos remediados. Farias constatou que a terra era um bem universal, possuído pelos diferentes grupos sociais, inclusive pelos libertos, e que a posse de engenho de farinha de mandioca, de açúcar e de canoas eram os diferenciadores sociais. Mais importante do que ter farinha de mandioca era ter um engenho para processá-la e abastecer o mercado de Desterro<sup>33</sup>.

O inventário de Maria Clara de Jesus e Francisco Antonio d'Aguiar analisado por Gilmar Ferreira contém diversos lotes de terra situados em diferentes lugares da freguesia da Lagoa, uma morada de casas térreas na Rua Menino de Deus, uma morada de casa no Porto da Lagoa, um engenho de fabricar farinha, um engenho de moer canas com fábrica de açúcar, uma atafona de moer milho, diversos animais, móveis e utensílios domésticos, um tear, uma canoa e seis escravos, sendo três homens classificados como pardos, uma mulher como parda, um homem discriminado como crioulo e outro como africano velho. Este inventário e os outros mencionados evidenciam a diversidade de atividades que poderiam ser executadas em uma mesma unidade família/produtiva, a diversidade de indivíduos envolvidos na produção dos gêneros alimentícios e indicam a sua rentabilidade. A canoa do casal citado pode ter sido utilizada tanto para pesca quanto para o transporte de rendas, de açúcar, farinha de mandioca e de milho para outras freguesias. A produção da freguesia poderia ser escoada por diferentes caminhos entre os quais podemos citar a estrada geral da Costa, o porto da freguesia da Lagoa, o porto do Porto da Lagoa e o porto do Rio Tavares<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> FARIAS, Joice. *A Lagoa da Conceição também é dos pretos!* Experiências dos grupos populares no leste da Ilha de Santa Catarina (1870-1920). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de pós-graduação em História, Rio de Janeiro, 2003.

<sup>33</sup> Ibidem.

<sup>34</sup> FERREIRA, G. de C. *Morros de lavoura: A vida agrícola na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1875 – 1900)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. p. 45-46.

Os diversos gêneros alimentícios produzidos poderiam ser destinados à região portuária de Desterro ou à Praça de Mercado. A fotografia a seguir mostra o intenso fluxo de pessoas e de canoas ao redor do antigo Mercado Público de Desterro. Podemos imaginar que algumas das canoas mencionadas nos inventários estivessem aportadas na praia do Mercado compondo o cenário registrado nessa imagem.

**Figura 1:** Comércio na praia do primeiro prédio de mercado entre 1890 e 1899.

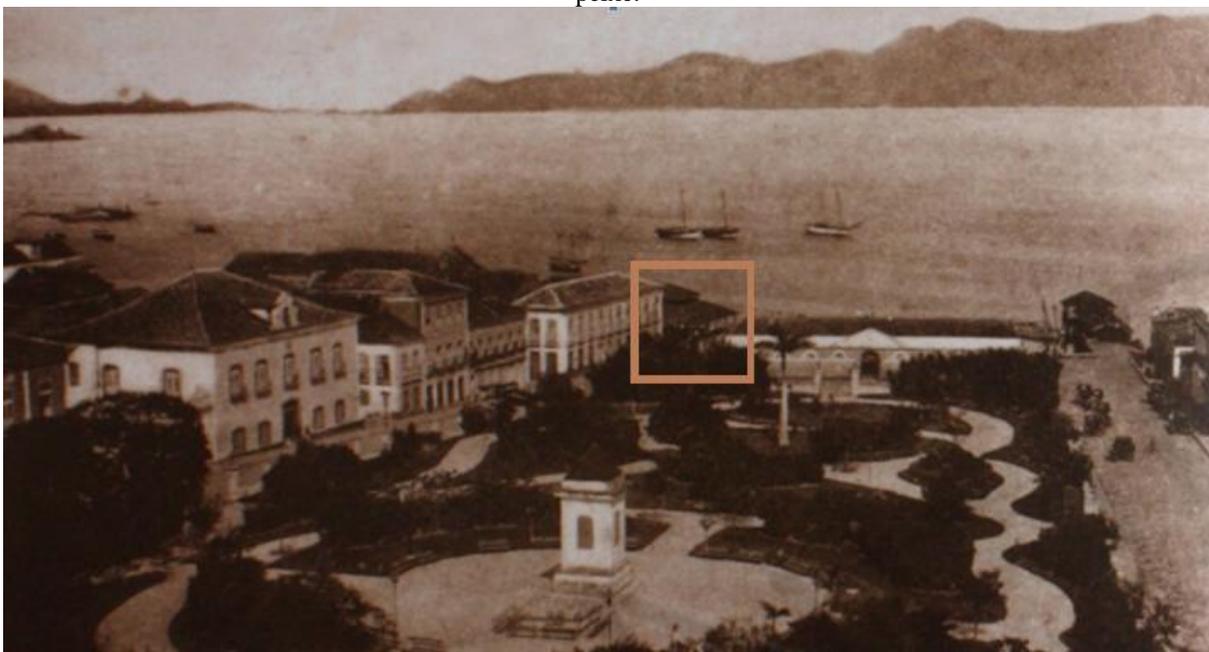


**Fonte:** Acervo Casa da Memória.

A movimentação de pessoas e embarcações em frente ao Mercado evidencia a sua importância como fonte de renda para os produtores e comerciantes e sua importância como centro de abastecimento para a cidade. A fotografia apresentada na Figura 1 é uma fonte valiosa por apontar para a integração entre a freguesia de Nossa Senhora de Desterro e as demais regiões da Ilha de Santa Catarina e áreas adjacentes. Integração promovida, neste caso, pelo comércio de gêneros realizado no espaço do Primeiro Prédio do Mercado Público.

## 1.2 O primeiro Mercado Público de Desterro

**Figura 2:** Vista do Mercado a partir da Igreja Matriz na década de 1890. Destaque para o provável galpão do peixe.



**Fonte:** SILVA, 1996, p. 23.

A fotografia acima nos mostra a posição privilegiada do Primeiro Mercado situado em frente à praça principal, atual praça XV de Novembro. Podemos visualizar o antigo trapiche para embarque e desembarque de passageiros no alto à direita, a casa de câmara e cadeia no canto esquerdo, o monumento em homenagem aos envolvidos na Guerra do Paraguai ao centro e ainda algumas embarcações na orla marítima da cidade. A área destacada corresponde ao provável galpão do peixe que será discutido no capítulo 3.

O prédio do Mercado, inaugurado em 1851, possuía 34m de frente para a praça e 21m de lateral. Era uma construção retangular coberta por telhas de barro. O madeiramento do telhado era sustentado por 20 pilares de ferro com 2,64m de altura. Havia 24 janelas em forma de semicírculos gradeadas que iluminavam a área interna e quatro grandes portas em cada lado da construção que permitiam o acesso da população ao seu interior que estava dividido em casinhas, bancas para venda de carne, pátio central com um poço e os lugares de quitadeiras que eram os vãos que ficavam entre as colunas com exceção daqueles fronteiros aos portões. As casinhas eram compartimentos com portas e janelas separados entre si por

paredes de estuque. As bancas para venda de carne possuíam um balcão, mesa para picar e eram cercadas com grades em madeira, as bancas de peixe possuíam mesa para exposição<sup>35</sup>.

A população poderia encontrar diversos produtos no Mercado. “Maças muito frescas, há pouco chegadas da Europa” eram vendidas no tabuleiro de George Favier<sup>36</sup>. Era possível comprar batatas, marmeladas e sementes de hortaliças tanto na casinha n. 3 quanto na Rua do Senado n. 55<sup>37</sup>. Vendia-se “batata superior inglesa”, “cangica muito boa” e um “completo sortimento de sementes muito frescas e garantidas” nos “quartos” n. 5 e n. 6 do Mercado<sup>38</sup>. O Jornal “Conservador” anunciava, em 15 de fevereiro de 1889, que o Jorge do Mercado havia recebido sementes de amor perfeito de várias cores vendidas por preços razoáveis e que haveria novas remessas em breve<sup>39</sup>.

Os anúncios, pertencentes à década de 1880, demonstram que alguns locatários possuíam mais de um estabelecimento comercial e que os alimentos poderiam ser vendidos em estabelecimentos fixos fora do Mercado situados nas diversas ruas da cidade. A Rua Augusta, atual Rua João Pinto, e a Rua do Príncipe, atual Conselheiro Mafra, eram locais com uma atividade comercial significativa. A primeira era conhecida pelo comércio atacadista associado à importação e exportação de produtos e pela presença de diversos armazéns. Lojas de secos e molhados estavam situadas na Rua do Príncipe que abrigava o comércio varejista<sup>40</sup>.

Havia um comércio ambulante importante de gêneros alimentícios. Pode-se supor que alguns comerciantes investissem tanto em estabelecimentos fixos quanto na venda de quitandas pelas ruas por exemplo. Este pode ter sido o caso da liberta Maria Mina que dividiu um lugar com Thereza no vão da coluna 5 dentro do Mercado em 1867 e pagou imposto de venda de quitandas pelas ruas em 1884. Popinigis analisou parte da trajetória da liberta e cogitou a possibilidade de Maria Mina ter ampliado seu negócio e ter colocado alguém para trabalhar para ela. Acordos estabelecidos entre a liberta e pessoas influentes da cidade demonstravam sua habilidade como negociadora<sup>41</sup>.

A autora em questão analisou quem eram os sujeitos envolvidos com o comércio de gêneros dentro do Mercado e atuando de forma ambulante nas ruas. Detectou que a única

---

<sup>35</sup> MESQUITA, Ricardo Moreira. *Mercado: Do Mané ao Turista*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002. p. 33 a 39.

<sup>36</sup> BPESC - *Jornal do Commercio*. Desterro, 12 de outubro de 1884. n. 283.

<sup>37</sup> BPESC - *Jornal do Commercio*. Desterro, 18 de julho de 1885. n. 157.

<sup>38</sup> BPESC. *Jornal Conservador*. Desterro, 19 de outubro de 1885. n. 233.

<sup>39</sup> BPESC. *Jornal Conservador*. Desterro, 05 de fevereiro de 1889. n. 29.

<sup>40</sup> HUBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981. p. 18.

<sup>41</sup> POPINIGIS, Fabiane. Trabalhadores do comércio ambulante de gêneros e comerciantes do mercado público de desterro no século XIX. In: I Seminário Internacional de História do Trabalho/V Jornada Nacional de História do Trabalho. *Anais*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, outubro de 2010.

mulher que chegou a alugar uma das casinhas no período analisado entre 1855 e 1890 foi a preta forra Joanna Prates por dois semestres. Ela pagou um preço superior aos outros arrendatários, o que poderia estar associado a sua condição de mulher e liberta. A mesma Joanna já havia atuado em um vão destinado à venda de quitandas<sup>42</sup>.

Os chamados colonos também vendiam seus produtos nas imediações do Mercado. Os documentos analisados apontam para sua presença e importância e demonstram que o comércio do Mercado era abastecido pelos gêneros produzidos pelos lavradores locais, mas também pelos “conduzidos pelos cidadãos denominados colonos”<sup>43</sup>. Em 1891, o coronel Gustavo Richard relatou que a estrada que ligava a freguesia de São Pedro com a Praia Comprida era transitada por um grande número de agricultores que abasteciam o Mercado da capital duas vezes por semana e necessitava de consertos<sup>44</sup>. A produção da colônia alemã de São Pedro era transportada por carroças até a Praia Comprida onde era embarcada em canoas descarregadas pelos imigrantes na praia em frente ao Mercado para serem vendidas na chamada Feira dos Colonos<sup>45</sup>.

O comércio realizado no Mercado e nas imediações movimentava a orla marítima e a praça principal da cidade. A procura por alimentos era grande e deixava a praia do Mercado cheia pela manhã. O “Jornal do Commercio” denunciou em, 23 de maio de 1881, que a carroça de um empregado de Eduardo Salles estacionou na região e prejudicou o trânsito em parte da praia dificultando a aquisição dos gêneros de necessidade diária. Isto teria causado um alvoroço entre os compradores. Criticava-se a ausência de uma autoridade que resolvesse a questão e se solicitava providências ao presidente da câmara<sup>46</sup>. É possível que a notícia representasse um ataque político mais do que uma preocupação com o comércio e abastecimento, mas ela aponta para a movimentação na região, para atritos entre a câmara e os habitantes e para a função de controle da câmara sobre esse espaço que será melhor explorada no próximo capítulo.

A figura abaixo (figura 3) mostra o aglomerado de pessoas na praia ao lado do Mercado. Entre elas, poderiam estar vendedores negociando seus produtos na praia, compradores se dirigindo ao interior do prédio ou à praia em frente a ele. Percebe-se a

---

<sup>42</sup> POPINIGIS, Fabiane. Trabalhadores do comércio ambulante de gêneros e comerciantes do mercado público de desterro no século XIX. In: I Seminário Internacional de História do Trabalho/V Jornada Nacional de História do Trabalho. *Anais*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, outubro de 2010.

<sup>43</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro do dia 21 de janeiro de 1890, caixa 22, livro 257.

<sup>44</sup> Mensagem do Coronel Gustavo Richard ao vice-governador do Estado de Santa Catarina na abertura do primeiro Congresso Legislativo a 29 de setembro de 1891. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u947/000010.html>>. Acesso em agosto de 2014.

<sup>45</sup> MESQUITA, Ricardo Moreira. *Mercado: Do Mané ao Turista*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002. p. 51.

<sup>46</sup> BPESC - *Jornal do Commercio*. Desterro, 23 de maio de 1881. N. 199.

presença das carroças importantes para o transporte terrestre de mercadorias. Talvez a carroça do empregado de Eduardo Salles estivesse sendo utilizada para abastecer a cidade assim como as outras capturadas nessa imagem.

**Figura 3:** Comércio nas adjacências do Mercado.



**Fonte:** Acervo da Casa da Memória.

A construção do Mercado, as determinações presentes no seu regulamento evidenciam a tentativa de controle fiscal e sanitário sobre o comércio de gêneros, assim como sobre as pessoas que transitavam pelo espaço central<sup>47</sup>. O regulamento interno do Mercado elaborado pela câmara estabelecia o que e quem poderia estar neste espaço e sob quais condições. Em relação ao controle sobre as pessoas, por exemplo, o regulamento autorizava o guarda a prender à ordem de qualquer autoridade policial aqueles que praticassem atos considerados imorais, fizessem alaridos e dirigissem a ele palavras e sinais obscenos. Os pretos de ganho e mendigos não poderiam andar dentro da Praça do Mercado e seriam presos por 24 horas se não se retirassem imediatamente após a advertência do fiscal ou guarda. Proibia-se também a realização de jogos, danças e outros divertimentos naquele espaço e a permanência de escravos além do tempo necessário para suas compras. Determinava-se também que as casinhas só poderiam ser alugadas a pessoas livres e que os espaços destinados aos

---

<sup>47</sup> POPINIGIS, Fabiane. Trabalhadores do comércio ambulante de gêneros e comerciantes do mercado público de desterro no século XIX. In: no I Seminário Internacional de História do Trabalho/V Jornada Nacional de História do Trabalho. *Anais*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, outubro de 2010.

quitandeiros e quitadeiras poderiam ser alugados a pessoas livres e a escravos que tivessem autorização escrita de seus senhores<sup>48</sup>.

O regulamento elaborado pela câmara municipal de Desterro assemelhava-se ao regulamento da Praça do Mercado do Rio de Janeiro datado de 1844. Este determinava, por exemplo, que as suas casinhas e bancas só poderiam ser alugadas a pessoas livres e capazes, proibindo que os pretos de ganho andassem dentro das praças e que os escravos permanecessem além do tempo necessário para suas compras. Os fiscais deveriam dispersar os pretos que insistissem em transitar pelo Mercado sem justificativa<sup>49</sup>. Essas são algumas das semelhanças que demonstram que a tentativa de centralização e regulamentação do comércio de gêneros e de controle sobre os indivíduos e espaços associados a essa atividade foi uma preocupação presente em diferentes partes do Brasil durante o Império.

Mesmo com essa tentativa de controle, pode-se imaginar que incidentes indesejados ocorressem nesse cenário pela existência de conflitos de valores, interesses e falta de identificação com as normas que estavam sendo impostas. A notícia a seguir exemplifica essa situação.

Uma nota publicada no “Jornal do Commercio”, em 28 de maio de 1881, chamava a atenção das autoridades para dois indivíduos que andavam quase nus pela cidade, um que era escravo de João Correa e outro que vivia constantemente no Mercado e suas imediações. O autor da reportagem considerava isso um escândalo e temia pela imagem que os passageiros estrangeiros e nacionais fariam da Capital. A reportagem terminava com a seguinte observação: “Será bom que se excogite um meio de livrar as vistas publicas de scenas menos decentes”<sup>50</sup>. A notícia demonstra o desejo de introdução de certas normas de conduta e de moralização do espaço público. Pode-se imaginar que o conceito de nudez e de decência variava entre as pessoas e que os indivíduos citados e outros frequentadores daquela região não considerassem seu estado inapropriado. É provável que houvesse uma preocupação especial com o controle da área ao redor do Mercado por este ficar em uma área central da cidade e próximo ao trapiche de embarque e desembarque de passageiros.

Valter Martins explorou o entorno do Mercado Grande, que estava situado na atual cidade de Campinas, e mostrou que as novas regras de civilidade não atingiam toda população com a mesma intensidade. Os noticiários denunciavam práticas recorrentes que esbarravam

---

<sup>48</sup> APESC - Regulamento da Praça do Mercado submetido à aprovação do Presidente da Província em 1850. Art. 30. Desterro, 21 de dezembro de 1850.

<sup>49</sup> SOUZA, Juliana Teixeira Souza. As câmaras municipais e os trabalhadores no Brasil Império. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 5, n. 9, p. 11-30, janeiro-junho de 2013.

<sup>50</sup> BPESC. *Jornal do Commercio*. Desterro, 28 de maio de 1881, N. 3.

nas regras de decoro como os banhos nos chafarizes públicos e o estado imoral das lavadeiras que lavavam as roupas no Largo do Mercado quase nuas e ofendiam a moralidade pública. O autor observou que a área em torno do Mercado era um espaço de forte apelo popular por proporcionar trabalho, abastecimento, moradia e sociabilidade e que atraía pessoas que não compartilhavam dos valores burgueses<sup>51</sup>.

Outro incidente indesejado ocorrido em Desterro e denunciado na imprensa envolveu a prisão de José Veschenfilden, de 18 anos, na praia do Mercado. José trabalhava com Jacintho Alexandre da Silva em São José, mas após receber uma bofetada resolveu se retirar para Capital. O delegado de polícia Joaquim Albino de São José encontrou José na praia do Mercado e lhe deu voz de prisão por dever dinheiro a Jacintho. No dia seguinte, o delegado mandou buscar Jacintho e o colocou na prisão de São José. Depois, conduziu-o ao cartório e o fez “passar documento” com a ameaça de obrigá-lo a trabalhar para pagar a dívida. Isto foi considerado ilegal, pois o delegado Joaquim não era autoridade na Capital, não podendo efetuar esta prisão e por não ser dever de um delegado cobrar dívidas. O título da matéria era, inclusive, “ABUSO DE AUTORIDADE”<sup>52</sup>.

José poderia estar trabalhando no Mercado e Joaquim Albino ter ido propositalmente ao seu encontro. Talvez, este encontro tenha sido acidental. O que importa é observar que o Mercado era um ponto de confluência para a cidade e para as áreas adjacentes. Pode-se imaginar que era um espaço de sociabilidade e de encontros ocasionais constantes mesmo entre indivíduos residentes em outros municípios. O caso mostra que a atuação das autoridades poderia extrapolar suas jurisdições e funções e demonstra que o trabalho livre não estava isento de coerções.

Em 1892, o “Jornal do Commercio” noticiou um crime ocorrido próximo ao trapiche do Mercado. O pedreiro italiano José Adestro feriu gravemente o negociante da praça do Mercado, também italiano, Miguel Melego. A causa do crime não foi especificada, mas este incidente, assim como os outros apresentados sugerem as imediações do Mercado de Desterro e suas imediações também era um local de agitação social e de difícil controle conforme observou Martins em relação às imediações do Mercado de Campinas<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> MARTINS, Valter. Pelas ruas, de porta em porta. Verdureiros, quitandeiras e o comércio ambulante de alimentos em Campinas na passagem do Império à República. *Revista de História Regional*, 14(2), p. 53-81, 2009.

<sup>52</sup> BPESC. *Jornal Conservador*. Desterro, 6 de abril de 1885, n. 73.

<sup>53</sup> MARTINS, Valter. Nos arredores do Mercado Grande: Mudança Urbana e Agitação Social em Campinas na Segunda Metade do Século XIX. *Oculum Ensaios* (PUCCAMP), Campinas, p. 44-57, 2002.

### *1.3 As formas de acesso ao espaço do Mercado*

O regulamento interno do Mercado elencava os procedimentos para a aquisição de um lugar no seu interior e as condições de permanência no mesmo. Há um detalhamento maior em relação às casinhas e aos lugares destinados aos quitandeiros e quitadeiras como veremos a seguir.

Estipulava-se, para Desterro, que as casinhas, menos a n. 2, deveriam ser alugadas em “*hasta publica*”<sup>54</sup> pelo período inicial de um semestre e que elas só poderiam ser alugadas a pessoas livres. O dia da arrematação deveria ser publicado em editais e anunciado pela imprensa. A arrematação deveria ser feita perante os vereadores que comparecessem e o secretário responsável por lavrar em livro especial os termos de arrematação que deveriam ser assinados pela câmara de vereadores presentes e pelos arrematantes. Seria arrematada uma casinha por vez e uma mesma pessoa poderia arrematar mais de uma casinha. O locatário receberia da câmara um certificado de arrematação e deveria pagar o primeiro trimestre adiantado. Após esse processo, o guarda da praça de Mercado lhe entregaria a chave de seu estabelecimento. O pagamento do segundo trimestre deveria ser feito antes do término do primeiro trimestre. Logo que uma casinha fosse desocupada, novos editais deveriam ser lançados e divulgados para nova arrematação<sup>55</sup>.

A arrematação das casinhas e o pagamento dos valores acordados poderiam não ser suficientes para permanência dos locatários naquele espaço. De acordo com o regulamento, o guarda da praça do Mercado ou o fiscal poderiam despejar das casinhas os que praticassem atos indecentes, utilizassem palavras ou “*signos*” obscenas, fossem “*rixosos*” e “*ébrios por hábito*”<sup>56</sup>. Os locatários deveriam cumprir diversas obrigações como conservar as casinhas limpas e varridas, não fazer obras sem licença da câmara municipal, não permitir que pessoas estranhas pernoitassem nas mesmas, permitir ao Estado inspecionar os gêneros que estivessem à venda e devassar as casinhas quando o guarda considerasse necessário para verificar possíveis infrações do regulamento<sup>57</sup>.

Os lugares entre as colunas eram reservados aos quitandeiros e quitadeiras que os alugariam pelo preço fixo de 1.200 reis mensais. Estes vão poderiam ser ocupados por duas

---

<sup>54</sup> APESC. Regulamento da Praça do Mercado submetido à aprovação do Presidente da Província em 1850. Art. 2. Ofícios da Câmara Municipal ao Presidente da Província. Desterro, 21 de dezembro de 1850.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

<sup>56</sup> *Ibidem*, Art. 9.

<sup>57</sup> *Ibidem*, Art. 11.

peças e o valor estipulado dividido entre ambas<sup>58</sup>. Os interessados poderiam ser pessoas livres ou escravas que tivessem autorização de seus senhores<sup>59</sup> e deveriam encaminhar uma petição para a câmara. O seu presidente verificaria a existência de lugares vagos com o guarda para deferir ou indeferir o pedido na mesma petição. Com o despacho favorável em mãos, os interessados poderiam pagar o preço do aluguel e se apresentar ao guarda para assumir a vaga<sup>60</sup>. Dois dias antes do fim do mês deveriam avisar se desejavam ou não continuar naquele espaço. Para permanecerem ali precisariam pagar o valor devido, apresentar declaração de sua vontade, de não ter tido sua licença cassada e ter o consentimento do guarda. O presidente da câmara poderia cassar a licença do quitandeiro ou quitandeira que perturbasse a ordem do Mercado sem lhes restituir o valor pago pelo aluguel<sup>61</sup>.

As bancas existentes no interior do Mercado seriam destinadas à venda de carne verde e do pescado. A carne verde só poderia ser vendida no Mercado. O peixe fresco poderia ser vendido nas canoas caso houvesse falta de espaço no interior do Mercado. Ambos os produtos deveriam ser comercializados pelos próprios produtores ou pessoas ligadas a eles caso fossem livres e apenas os escravos dos próprios pescadores ou “carniceiros”<sup>62</sup> poderiam vender seus produtos. As bancas deveriam ser limpas após a venda dos seus respectivos gêneros<sup>63</sup>.

O pátio central do Mercado seria destinado até às duas horas da tarde à venda de gêneros alimentícios. Proibia-se a venda de carne e peixe neste espaço, por deverem ser vendidos nas bancas, e do carvão, lenha e de outros objetos que tomavam muito espaço e demonstravam falta de asseio<sup>64</sup>. Após as duas horas, o guarda da praça deveria tirar do centro todos esses gêneros. Os que o desobedecessem poderiam ser presos por até 24h<sup>65</sup>.

As condições de permanência no Mercado Público variaram ao longo da segunda metade do século XIX. A análise das atas das sessões da câmara municipal e de alguns contratos estabelecidos entre os arrematantes e o poder municipal permite perceber essa variação e a discrepância entre o estipulado no regulamento e a prática. Além disso, permite esclarecer um pouco mais acerca do funcionamento desse espaço nas décadas de 1880 e 1890.

A variação das condições de permanência nesse espaço pode ser percebida pela flutuação dos preços do alugueis das casinhas e vãos e pelas formas de arrendamento das

---

<sup>58</sup> APESC. Regulamento da Praça do Mercado submetido à aprovação do Presidente da Província em 1850. Art.

2. Ofícios da Câmara Municipal ao Presidente da Província. Desterro, 21 de dezembro de 1850.

<sup>59</sup> Ibidem, Art. 30.

<sup>60</sup> Ibidem, Art. 28.

<sup>61</sup> Ibidem, Art. 29.

<sup>62</sup> Ibidem, Art. 22.

<sup>63</sup> Ibidem, Art. 16 a 22.

<sup>64</sup> Ibidem, Art. 24.

<sup>65</sup> Ibidem, Art. 25.

casinhas. Observa-se uma valorização desse espaço no decorrer da segunda metade do século XIX. O aluguel variou entre 7 mil e 9 mil réis em dezembro de 1864. Os locatários pagaram preços muito mais altos no ano seguinte, possivelmente em virtude da Guerra do Paraguai. A menor quantia contratada foi de 9 mil réis, passando por 14 mil réis, por 20 e 27 mil réis, chegando até a soma exorbitante de 30 mil réis. O preço do aluguel passa a ser 15 mil réis para todos em 1877. Em 1878, alguns locatários pagaram 10 mil réis enquanto outros pagaram 16 mil réis. Em 1879, todos pagaram 40 mil réis. Popinigs observou uma mudança nas formas dos termos de arrendamento das casinhas que passaram a valer por um ano e pelo valor fixo de 20 mil réis para todos em 1880<sup>66</sup>.

Foram encontrados indícios nas atas e os termos de contrato consultados que apontam para uma negociação direta com a câmara que poderia dispensar a arrematação em “hasta pública”. Em 1887, Luiz Camillo da Rosa e outros inquilinos das casinhas da praça do Mercado, encaminharam requerimento à câmara pedindo a prorrogação do arrendamento pelo tempo de dois anos entre janeiro de 1888 e dezembro de 1889 mediante o aluguel mensal de 22 mil réis em semestres adiantados. O pedido foi aprovado sob as seguintes condições: o aluguel seria de 25 mil réis mensais pagos em semestres adiantados; o prazo de arrendamento seria de um ano e os arrendatários deveriam se responsabilizar pelos reparos nos seus estabelecimentos<sup>67</sup>.

Outro negociante se ofereceu para construir uma casa de negócio dentro da praça do Mercado à sua custa e se comprometeu a pagar 15 mil réis por três anos sob a condição de poder ocupar o espaço por quatro anos. O pedido foi aprovado pela câmara com a condição de que o estabelecimento deveria ser devolvido à mesma após três anos<sup>68</sup>. Em 1892, outros arrendatários de algumas casinhas prorrogaram o contrato de aluguel de seus estabelecimentos por mais dois anos pelo valor de 25 mil réis que deveriam ser pagos em semestres adiantados<sup>69</sup>.

Essas situações demonstram que os indivíduos se organizavam para garantir sua permanência e seu acesso ao espaço do Mercado, sugerem que o aluguel em “hasta pública” foi dispensado em algumas ocasiões e que o regulamento poderia ser descumprido com o aval das autoridades responsáveis e mediante negociações.

---

<sup>66</sup> POPINIGIS, Fabiane. Trabalhadores do comércio ambulante de gêneros e comerciantes do mercado público de desterro no século XIX. In: I Seminário Internacional de História do Trabalho/V Jornada Nacional de História do Trabalho. *Anais*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, outubro de 2010.

<sup>67</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 14 de Dezembro de 1887, caixa 22, livro 257.

<sup>68</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 20 de Agosto de 1887, caixa 22, livro 257.

Em 1894, novos contratos foram firmados pelo tempo de seis meses com valores que variaram de 25 a 46 mil réis. As variações nos valores e o tempo do aluguel parecem indicar a volta da arrematação aberta ao público e de práticas indicadas no regulamento. Em 1896, os contratos foram firmados por um ano e os preços flutuaram entre 25 e 50 mil réis mensais. No ano de 1898, os valores variaram de 25 a 46 mil réis mensais e o contrato deveria durar até que o novo prédio de Mercado fosse construído<sup>70</sup>.

A documentação analisada não permitiu averiguar o preço exato pago pelo aluguel dos espaços destinados à venda de quitandas ao longo desse período, mas infere-se que era um valor mais acessível que o pago pelas quitandeiras da praia do Mercado e inferior a 36 mil réis anuais conforme o requerimento a seguir sugere. Em 1895, as quitandeiras da praia do Mercado enviaram um pedido à câmara reclamando do pagamento anual de 72 mil réis para atuar enquanto as quitandeiras que trabalhavam no interior do Mercado pagavam menos da metade desse valor estando “em melhores condições e abrigadas do tempo”<sup>71</sup>.

A distribuição dos lugares para a venda de carne no Mercado era feita pelo guarda e poderia gerar atritos. Em 1887, o presidente da província recebeu reclamações acerca da forma como ela estava sendo feita a distribuição das bancas para venda de carne<sup>72</sup>. O envio da reclamação ao poder provincial sugere divergências entre os petionários e o poder municipal e mostra que queixosos possuíam diferentes estratégias de ação.

A partir de 1895, autorizou-se a abertura de açougues para venda de carne verde à população fora do Mercado Público e a todo o cidadão que o requeresse<sup>73</sup>, mas o abatimento e fornecimento da carne verde ao Mercado e aos novos açougues continuava sendo monopolizado mediante arrendamento e estabelecimento de contrato com a instância municipal<sup>74</sup>. Os conflitos e a insuficiência de espaço no interior do Mercado podem ter influenciado na decisão de ampliar os locais de comércio desse gênero. É possível que essa decisão também representasse uma tentativa de cerceamento a um provável comércio ambulante irregular.

No final da década de 1880, tanto o serviço de cobrança de imposto sobre o pescado quanto o serviço de limpeza e conservação das bancas de peixe eram arrematados e regulados

---

<sup>70</sup> APMF – Termos de contratos e arrendamentos da Intendência Municipal de 1892 -1896, caixa 51, livro 275; APMF – Lançamento de Termos de Contrato Diversos, livro 287.

<sup>71</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 20 de Abril de 1895, caixa 50, livro 281; Caso citado por POPINIGIS, Fabiane. Trabalhadores do comércio ambulante de gêneros e comerciantes do mercado público de desterro no século XIX. In: I Seminário Internacional de História do Trabalho/V Jornada Nacional de História do Trabalho. *Anais*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, outubro de 2010.

<sup>72</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 25 de Maio de 1887, caixa 22, livro 257.

<sup>73</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 22 de Maio de 1895, caixa 50, livro 281.

<sup>74</sup> APMF – Lançamento de Termos de Contrato Diversos, livro 287. p. 60v.

por contratos estabelecidos com poder municipal. As atas analisadas também demonstram a iniciativa dos particulares para atuar e permanecer nessas atividades. Eugênio José Antônio Bueno solicitou sua permanência como dizimeiro sem que nova arrematação fosse realizada e seu parecer foi deferido. João Bento Augusto se ofereceu para arrendar os serviços das bancas de peixe e melhorá-las e também teve seu parecer deferido<sup>75</sup>.

As fontes consultadas reforçam as considerações feitas por Juliana Teixeira Souza acerca da importância da câmara no controle e vigilância sobre os trabalhadores e na criação de espaços de demanda que eram acionados pela população<sup>76</sup>. Percebe-se que diferentes indivíduos recorreram à câmara durante a década de 1880 e na década de 1890 para garantir o acesso e permanência no Mercado e a sua renda e que poderiam ter suas demandas atendidas mesmo que estivessem contra as regras vigentes.

#### ***1.4 Considerações***

A partir do exposto, percebe-se que o primeiro Mercado Público de Desterro era central para o abastecimento da cidade, que integrava as diferentes freguesias da Ilha, os municípios adjacentes e os diferentes sujeitos presentes nessas regiões. Era parte essencial da cidade e sua importância pode ser percebida pela sua localização central, pela movimentação no seu entorno e pela busca por espaço no seu interior. As fontes estudadas demonstram a tentativa de controle desse espaço mediante o estabelecimento de uma série de regras e as táticas utilizadas pelos indivíduos para contornar essas regras. Era um local visado, frequentado e, conseqüentemente, de sociabilidade, de agitação social e de sobrevivência.

---

<sup>75</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 18 de Junho e 27 de Julho de 1887, caixa 22, livro 257.

<sup>76</sup> SOUZA, Juliana Teixeira. As câmaras municipais e os trabalhadores no Brasil Império. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 5, n. 9, p. 11-30, janeiro-junho de 2013.

## CAPÍTULO 2 - AS DISPUTAS PELO ESPAÇO

A comercialização dos gêneros no Mercado Público de Desterro, o controle sobre esse espaço e sobre as obras que nele ocorressem eram de responsabilidade da câmara municipal. Essa função foi institucionalizada pela Lei de 1.º de outubro de 1828 que deu nova forma às câmaras municipais, especificou suas atribuições, o processo para a sua eleição e dos juízes de paz<sup>77</sup>.

A responsabilidade da câmara sobre o prédio do Mercado Público também pode ser evidenciada pelo ofício enviado por esta repartição ao presidente da província em 8 de junho de 1887. Neste ofício, foram elencados os edifícios pertencentes ao Estado, à província e à câmara. O paço da câmara municipal, a praça do mercado e o prédio de residência do administrador do cemitério público da capital pertenciam à câmara<sup>78</sup>.

Em decorrência dessa responsabilidade e da centralidade da área, a câmara envolveu-se em conflitos com diversos sujeitos que estavam ou desejavam estar nesse espaço valorizado da cidade e foi criticada pelos seus frequentadores assim como por outras autoridades. Além disso, a praça do Mercado e suas adjacências estavam situadas em terreno de marinha cedido para logradouro público à câmara municipal. Isto possibilitou e ocasionou discussões sobre os limites de atuação da câmara e a disputa entre os poderes municipal e provincial.

Neste capítulo, haverá um resgate da polêmica em torno da concessão de licenças para construção de quiosques ao redor do Mercado que causaram atritos entre a câmara e o presidente da província e serão explorados os argumentos levantados pelas partes envolvidas. Em meio a uma série de questões legais que serão exploradas, pode-se vislumbrar o espaço do Mercado e se evidenciar a importância e valorização da área adjacente a ele no final do século XIX.

---

<sup>77</sup> Lei de 1º de Outubro de 1828. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1828*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

<sup>78</sup> APESC - Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente da Província. Desterro, 8 de Junho de 1887.

## 2.1 Os polêmicos e elegantes quiosques

Em 13 de maio de 1887, foi publicada uma nota, no jornal “Conservador”, intitulada “A S. Ex. o Sr. Dr. Presidente da Província ou a quem competir” assinada por “Um munícipe indignado”<sup>79</sup>. Nesta nota, o munícipe criticava a concessão de licenças pela câmara municipal para construção de duas ou três casinhas de madeira denominadas quiosques ao lado do Mercado. Argumentava que a câmara não tinha competência para conceder terrenos considerados de logradouro público a qualquer pessoa com intuito de favorecer alguns indivíduos em detrimento de todos. Explicitava que o terreno em questão havia sido cedido pela presidência da província em termo lavrado datado de 17 de Junho de 1847 com a finalidade de ser área exclusivamente de logradouro público e que as praças de recreio, mercados de comestíveis, cais de embarque e desembarque eram consideradas áreas de logradouro público<sup>80</sup>.

O autor da nota a encerrou chamando atenção da autoridade máxima da província ou a quem competisse para evitar a construção dos referidos quiosques arrendados aos cidadãos Antonio da Silva Junior e José Segui Júnior<sup>81</sup>. A denúncia chegou até Francisco José da Rocha, presidente da província, que pediu esclarecimentos à câmara e marcou o início uma troca de ofícios entre a esfera de poder municipal e estadual nos quais o presidente criticava a atitude da câmara e esta defendia sua posição<sup>82</sup>.

O conflito pode ser acompanhado através da imprensa, dos ofícios trocados entre as autoridades e através das atas das sessões da câmara municipal. A análise das atas que registram as concessões efetuadas pela câmara permite que se perceba como ocorria o processo de concessão de licenças, quais foram as preocupações dos vereadores em relação à edificação dos quiosques e demonstram que as divergências acerca do assunto se iniciaram dentro desta instituição. É possível que o “munícipe indignado” que assinou a reportagem veiculada no jornal “Conservador” fosse um membro da própria câmara. O caso será melhor apresentado e analisado a seguir.

---

<sup>79</sup> BPESC - Jornal *Conservador*. Desterro, 13 de Maio de 1887. N. 98.

<sup>80</sup> *Ibidem*.

<sup>81</sup> *Ibidem*

<sup>82</sup> APESC - Correspondências do Presidente da Província às Câmaras Municipais. Desterro, 16 de Maio de 1887.

*As concessões*

Os pedidos de concessão de licenças para edificações eram encaminhados à câmara, lidos nas sessões e enviados para a análise da comissão de obras públicas que emitia parecer deferindo ou indeferindo as solicitações. O parecer voltava da comissão e era discutido em sessão da câmara. Os vereadores poderiam aprovar ou não o parecer e acrescentar emendas e retificações a ele. Após a aprovação, o presidente da câmara deveria providenciar os alvarás para que as obras começassem. As licenças concedidas deveriam ser aprovadas pelo presidente da província para serem consideradas válidas<sup>83</sup>.

Além da comissão de obras públicas, havia a comissão de higiene pública, a comissão de contas e a comissão de posturas. Os membros de cada comissão eram definidos por votação entre vereadores<sup>84</sup>. A comissão de obras públicas eleita em 1887 era formada pelos vereadores João Francisco Duarte de Oliveira, Francisco Firmo de Oliveira e Arthur Satyro Izetti<sup>85</sup>.

Em março de 1887, a câmara recebeu o pedido de José Segui Júnior para edificar uma meia água de três metros de largura no canto da praça do Mercado e o pedido de Antonio da Silva Junior para edificar um quiosque ao lado do Mercado<sup>86</sup>. A comissão autorizou João Antônio da Silva a edificar um quiosque em um dos lados do sul junto ao Mercado e determinou que ele seria obrigado a deixar o trânsito livre. O parecer foi posto em discussão e aprovado pela câmara com acréscimo de emenda que determinava que, após dez anos, o requerente perderia o direito à propriedade e deveria entregar a construção em perfeito estado à câmara. O pedido de José Segui Júnior também foi aprovado pela comissão com algumas alterações. Permitia-se ao requerente a construção de um quiosque elegante no canto de cima do Mercado do lado norte e não de “uma meia água” como este havia solicitado. O parecer da comissão foi igualmente aprovado pela câmara sob as mesmas condições impostas ao anterior<sup>87</sup>.

A aprovação foi acompanhada da observação da comissão de que o lado de baixo do Mercado não deveria ser ocupado por edificação por ser o mais conveniente para acomodação dos colonos e para o trânsito do público<sup>88</sup>. Este era o lado que dava para o mar, onde

---

<sup>83</sup> APESC - Correspondência do Presidente de Província às Câmaras Municipais. Desterro, 13 de Junho de 1887.

<sup>84</sup> APMF - Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 10 de Janeiro de 1887, caixa 22, livro 257.

<sup>85</sup> Ibidem.

<sup>86</sup> APMF - Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 5 de março de 1887, caixa 22, livro 257.

<sup>87</sup> APMF - Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 17 de março de 1887, caixa 22, livro 257.

<sup>88</sup> Ibidem.

chegavam as canoas e demais embarcações que levavam os gêneros até o Mercado<sup>89</sup>. Pode ser chamado também de lado oeste.

Na sessão da Câmara do dia 2 de abril, duas outras solicitações foram recebidas e encaminhadas à comissão de obras públicas. José Romão e Luiz Camillo pediram licença para edificar quiosques em um dos ângulos do Mercado. Camillo se dispôs a pagar cem mil reis anuais e a entregar a construção a câmara após dez anos de uso<sup>90</sup>. O pedido de José Romão foi aprovado pela comissão de obras pelo espaço de dez anos e pelo valor de cinco mil reis mensais com a condição de o mesmo seguir o desenho apresentado por João Antônio da Silva Júnior. O pedido de Luiz Camillo foi indeferido, apesar de este ter oferecido um valor mais rentável à câmara, sob a alegação de esta já ter concedido a outros os lugares requeridos<sup>91</sup>. Os critérios adotados para concessão não ficaram claros. Os pedidos poderiam ter sido analisados por ordem de chegada, ou talvez, houvesse interesses políticos e afinidades pessoais pesando na decisão acerca de quem teria acesso aquele espaço central. De qualquer forma, as solicitações evidenciam a importância dessa área.

Cabia ao presidente da câmara, Elyseu Guilherme da Silva, solicitar os alvarás referentes às licenças concedidas. Entretanto, este pediu à câmara que reconsiderasse as concessões. Expôs os inconvenientes que as edificações causariam ao ocupar o espaço público. Lembrou que a área ao lado do Mercado era utilizada por colonos que vendiam gêneros à população e demonstrou temer que essas edificações resultassem na depreciação das casinhas do Mercado, pois alguns dos locatários das mesmas estavam pedindo licença para edificar os quiosques<sup>92</sup>. A questão entrou em votação e foi decidido que os alvarás seriam concedidos<sup>93</sup>. O alvará de João Antonio da Silva Junior foi selado no dia 25 de abril de 1887 e concedia a ele autorização para edificar um quiosque no ângulo direito inferior contíguo ao Mercado mediante o pagamento de cinco mil reis por mês por dez anos<sup>94</sup>.

A requisição das concessões demonstra que área do Mercado era um local valorizado que atraía investidores. Os locatários usufruíam de um espaço importante da cidade e, além disso, pagariam um preço menor do que o pago pelos arrendatários das casinhas. Pagariam 5

---

<sup>89</sup> APESC - Correspondência do Presidente da Província às Câmaras Municipais. Desterro, 30 de junho de 1887.

<sup>90</sup> APMF - Ata das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 2 de Abril de 1887, caixa 22, livro 257.

<sup>91</sup> APMF - Ata das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 23 de Abril de 1887, caixa 22, livro 257.

<sup>92</sup> Ibidem.

<sup>93</sup> Ibidem.

<sup>94</sup> APESC - Alvará de licença concedida para construção de Kiosque em 25 de Abril de 1887. Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente de Província. Desterro, 13 de Junho de 1887.

mil réis mensais enquanto, segundo observado por Popinigis, os arrematantes das casinhas pagavam 20 mil réis mensais nesse período<sup>95</sup>.

Os quiosques seriam construídos na área adjacente ao Mercado, espaço também ocupado para o comércio de gêneros alimentícios. Os vereadores demonstraram certa preocupação com a manutenção do trânsito livre, mas a maioria não considerou que o referido comércio seria prejudicado com a construção dos quiosques. Percebe-se que os vereadores preocuparam-se, sobretudo, com a estrutura das construções. Não houve questionamento acerca da legalidade das concessões. Aos vereadores, aparentemente, estava clara que a competência de conceder o direito sobre o uso daquela área cabia à câmara.

Após a crítica publicada no jornal “Conservador” e o pedido de esclarecimento realizado pelo presidente da província, os vereadores ressaltaram que os quiosques seriam de madeira, não fixos ao solo, “à imitação dos que se fazem na Côte”<sup>96</sup>, que já existiam dois no mesmo local em que estes seriam edificadas, que estas construções estavam previstas no orçamento como rendas pertencentes à câmara e que não envolviam concessão de terrenos públicos<sup>97</sup>.

#### *O debate entre a Câmara e o Presidente da Província*

As justificativas legais utilizadas pelo presidente da província para barrar as licenças concedidas pela câmara e as justificativas desta para sustentar a sua posição serão exploradas aqui para tentarmos compreender como se efetuava o controle jurídico sobre o espaço no qual o Mercado estava situado e as esferas e limites de ação das diferentes autoridades em relação a esse espaço de comércio de gêneros alimentícios. Além disso, as discussões permitirão demonstrar que o espaço de comércio excedia o prédio do Mercado e envolvia uma população que não tinha condições de estar no seu interior, mas que ficava na área adjacente ao mesmo e era essencial para o abastecimento da cidade.

---

<sup>95</sup> POPINIGIS, Fabiane. *Trabalhadores do comércio ambulante de gêneros e comerciantes do mercado público de desterro no século XIX*. Comunicação apresentada no I Seminário Internacional de História do Trabalho/V Jornada Nacional de História do Trabalho. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, outubro de 2010.

<sup>96</sup> APESC - Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente da Província. Desterro, 2 de Junho de 1887.

<sup>97</sup> APESC - Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente da Província. Desterro, 2 de Junho de 1887; APESC - Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente da Província. Desterro, 13 de Junho de 1887.

O presidente de província José da Rocha considerou a concessão das licenças pela câmara pouco regular por vários motivos<sup>98</sup>. Argumentou que ela deveria se preocupar com a ampliação do espaço destinado ao comércio ao invés de restringi-lo e ressaltou que se a mesma não pudesse melhorar o aspecto da entrada da capital, que não fizesse nada que o tornasse menos agradável. Considerava que a construção de quiosques contíguos ao Mercado comprometeria um importante comércio realizado na sua área lateral externa. Segundo ele, os futuros quiosques tomariam a parte mais preciosa e necessária do lugar onde estava estabelecida há muito tempo a única feira da cidade e prejudicaria o que chamou de mercado volante e o de peixe em favor de três ou quatro particulares<sup>99</sup>. O uso do termo mercado volante demonstra o caráter distinto desse comércio que se diferenciava do ambulante, mas não era realizado no interior de uma construção. Sua argumentação permite que se perceba como funcionava o comércio realizado nas adjacências do Mercado nesse período.

Depreende-se do seu relato que, o comércio do peixe ocorria no lado sul e que a feira de todos os demais gêneros entres os quais se sobressaíam os das colônias ocorria no lado norte. A população aglomerava-se diariamente ali para fazer suas compras. A movimentação era ainda maior nos dias em a caravana da terra firme descia para vender gêneros considerados indispensáveis. A largura média do lado sul era de 14 metros e a do lado norte era de 18 metros sendo mais estreita na área onde estavam situados os quiosques já edificadas que ocupavam cerca de seis metros e reduziam a largura a 12 metros. Essas edificações estavam situadas em frente ao trapiche no qual muitas canoas atracavam. Eram consideradas elegantes, mas, para presidente da província, sua existência não servia de exemplo por serem resultantes também de concessões indevidas<sup>100</sup>.

Para José da Rocha, a câmara estava descumprindo com a sua obrigação, prevista no parágrafo §1º do artigo 66 da Lei de 1 de outubro de 1828 que recomendava “o despachamento das ruas, cais e praças em benefício comum ou para decoro e ornamento” e “com o §10 do mesmo art., que determina às câmaras proverem sobre a comodidade das feiras e mercados”<sup>101</sup>. A lei mencionada especificava que as câmaras municipais eram responsáveis por tudo que dissesse respeito à polícia e economia de seus termos através de deliberações e da criação e execução de posturas e que cabia a ela tratar “sobre a comodidade das feiras e mercados, abastança e salubridade de todos os mantimentos e outros objetos expostos à venda

---

<sup>98</sup> APESC - Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente da Província. Desterro, 13 de Junho de 1887.

<sup>99</sup> APESC - Correspondência do Presidente da Província para Câmara Municipal. Desterro, 30 de junho de 1887.

<sup>100</sup> Ibidem.

<sup>101</sup> Ibidem.

pública” e também sobre “quanto possa favorecer a agricultura, comércio e indústria dos seus distritos, abstendo-se absolutamente de taxar os preços dos gêneros”<sup>102</sup>.

Outro problema apontado por José da Rocha estava associado à área na qual os quiosques seriam construídos. O presidente da província argumentou que a câmara municipal não poderia autorizar a construção dos referidos quiosques em áreas de logradouro público que não eram de sua propriedade, mas apenas de sua administração. A área em que o Mercado estava situado foi reclamada e cedida à câmara municipal de Desterro expressamente para logradouros públicos em 17 de junho de 1847 conforme o art. 51 da lei de 15 de novembro de 1831. Esta concessão envolveu toda a praça principal da cidade, chamada na época de Praça Barão de Laguna, e abrangia as áreas laterais do Mercado<sup>103</sup>.

A lei em questão estipulava a receita e a despesa para o ano financeiro de 1832 e 1833. O §14º informava que os terrenos de marinha reclamados pela câmara ao ministro da fazenda ou ao presidente de província seriam colocados à sua disposição e que tanto o ministro quanto o presidente da província, em conselho, poderiam aforar esses terrenos a particulares<sup>104</sup>. Determinações posteriores teriam ressaltado que a câmara não poderia dispor dos terrenos cedidos para logradouros públicos e que estes deveriam ser considerados devolutos ao deixarem de ter esta finalidade para serem aforados pela fazenda pública<sup>105</sup>.

As condições da concessão também forneceram motivos para crítica. Os vereadores não deveriam assumir compromissos que afetassem a administração sucessora e seu procedimento não estava de acordo com o decreto nº 416, de 13 de junho de 1845<sup>106</sup>. O decreto autorizava a arrematação de alguns ramos da renda pública e estipulava que os contratos de arrematação firmados não poderiam ultrapassar três anos<sup>107</sup>. Além disso, José da Rocha considerava que os quiosques seriam prédios, bens de raiz, apesar de serem de madeira e que seus concessionários não estariam sujeitos aos ônus legais que os demais proprietários suportavam<sup>108</sup>.

---

<sup>102</sup> Art. 66 da Lei de 1º de Outubro de 1828. *Coleção de Leis do Império do Brasil* - 1828. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

<sup>103</sup> APESC - Ofício da tesouraria da Fazenda de Santa Catarina. Desterro, 2 de junho de 1887; Correspondência do Presidente da Província para Câmara Municipal. Desterro, 30 de junho de 1887.

<sup>104</sup> §14 do art. 51 da Lei de 15 de Novembro de 1831. *Coleção de Leis do Império do Brasil* - 1831. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

<sup>105</sup> APESC - Ofício da tesouraria da Fazenda de Santa Catarina. Desterro, 2 de junho de 1887; Correspondência do Presidente da Província para Câmara Municipal. Desterro, 30 de junho de 1887.

<sup>106</sup> *Ibidem*.

<sup>107</sup> Decreto nº 416, de 13 de Junho de 1845. *Coleção de Leis do Império do Brasil* - 1845. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

<sup>108</sup> APESC - Correspondência do Presidente da Província para Câmara Municipal. Desterro, 30 de junho de 1887.

Diante do exposto, o presidente pediu a reconsideração das concessões de licença para a construção dos quiosques<sup>109</sup>. Apesar da argumentação apresentada, os vereadores, com exceção do presidente da câmara Elyseu Guilherme da Silva, decidiram manter a decisão. A câmara enviou ofício em 10 de janeiro para José da Rocha informando sobre a decisão e solicitando que as licenças concedidas fossem validadas pela administração provincial<sup>110</sup>.

### *Início das obras e recomeço da polêmica*

As obras iniciaram sem que o pedido houvesse sido analisado e validado pelo presidente da província José da Rocha o que foi considerado um ato de desobediência pelo mesmo<sup>111</sup>. A câmara municipal, entretanto, alegou não ter compreendido as considerações de José da Rocha como uma ordem “formal e positiva” para que as licenças concedidas fossem cassadas e julgou haver margem para deliberação e divergência<sup>112</sup>.

Os vereadores argumentavam que os quiosques eram um meio de embelezamento presente em várias cidades, que ocupavam um espaço limitado, que não prejudicariam o uso dos logradouros públicos e que não implicavam em apropriação do terreno por não serem fixos ao solo. E se assim fosse, teriam respaldo no §3º do artigo 8º da Lei orçamentaria n. 3348 de 20 de outubro de 1887. De qualquer forma, a câmara informou que a obra iniciada havia sido suspensa em função de parecer emitido pela comissão de obras públicas por não se adequar ao plano inicialmente proposto<sup>113</sup>.

A não observância às considerações de José da Rocha pode ter sido resultante de um mal entendido, mas é possível que a “desobediência” fizesse parte de uma estratégia de ação. Conforme exposto por Richard Graham em relação à Bahia, muitos presidentes de província ficavam poucos meses nos seus cargos antes de serem substituídos e as câmaras poderiam

<sup>109</sup> APESC - Correspondência do Presidente da Província para Câmara Municipal. Desterro, 30 de junho de 1887.

<sup>110</sup> BPESC - Ofício da Câmara Municipal de Desterro enviado ao Presidente da província em 10 de janeiro de 1888; Jornal *O Conservador*. Desterro, 26 de janeiro de 1888. n. 20.

<sup>111</sup> Ofício do Presidente de Província à Câmara Municipal. Desterro, 17 de Janeiro de 1888 Apud PETRY, Fernando Floriani; VAILATI, Teci. *Na Briga pelo poder* – Entre quiosques e partidos: Edição de documentos enviados pelo Presidente de Província de Santa Catarina à Câmara Municipal, de 07 de janeiro a 20 de maio de 1888. Trabalho apresentado na disciplina de Filologia, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

<sup>112</sup> Ofício da Câmara Municipal de Desterro enviado ao Presidente da Província em 19 de janeiro de 1888 Apud PETRY, Fernando Floriani; VAILATI, Teci, op. cit; BPESC. Jornal *Conservador*. Desterro, 26 de janeiro de 1888. N. 20.

<sup>113</sup> *Ibidem*.

recorrer à procrastinação e à perseverança para exercerem sua autoridade frente ao executivo provincial<sup>114</sup>.

O parágrafo 3º do artigo 8º da Lei orçamentaria n. 3348 de 20 de outubro de 1887 mencionada autorizava o governo a transferir para as câmaras o direito de aforar os terrenos de marinha. No entanto, o mesmo artigo explicitava que os arrendamentos deveriam ser realizados em “hasta pública” a quem melhores condições oferecesse de acordo com o exposto no Decreto n. 4105 de 22 de fevereiro de 1868 o que não ocorreu no caso em questão<sup>115</sup>.

O referido decreto regulava a concessão dos terrenos de marinha. Estipulava que eram considerados terrenos de marinha todos os que banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis se estendessem até 15 braças (33 metros) para a parte da terra. Definia que o requerimento para concessão de terrenos acrescidos natural ou artificialmente ou para aterros e obras particulares sobre o mar, rios navegáveis e seus braços deveriam ser enviados, nas províncias, aos seus presidentes por intermédio das câmaras municipais. Os presidentes das províncias, após consultarem outras autoridades, poderiam ceder ou não os terrenos e aterros. Além disso, o decreto especificava que o terreno deveria ser posto em “hasta pública” caso fosse requerido por mais um indivíduo e nenhum deles tivesse o direito legal de preferência<sup>116</sup>.

Essa irregularidade foi apontada em novo ofício de José da Rocha, remetido à câmara em de 21 de janeiro de 1888, no qual ele reforçava as razões pelas quais as concessões eram irregulares e apresentava novos argumentos. O procedimento de arrematação foi considerado inadequado e, além disso, teria beneficiado o sócio de um vereador. Segundo ele, a câmara era simplesmente administradora dos terrenos em questão cujo domínio pertencia ao Estado e a área deveria atender ao interesse geral de seus munícipes e não ao interesse de particulares ou de outra ordem<sup>117</sup>.

José da Rocha ressaltou que os quiosques em questão não eram como os da Corte, eram similares a duas casas de madeira fixas situadas entre o Mercado e a ponte e não iriam

---

<sup>114</sup> GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: Das vendedoras de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

<sup>115</sup> Lei nº 3.348, de 20 de Outubro de 1887. *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1887*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

<sup>116</sup> Decreto n. 4105 de 22 de Fevereiro de 1868. *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1868*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

<sup>117</sup> Ofício do Presidente de Província à Câmara Municipal. Desterro, 26 de Janeiro de 1888 Apud PETRY, Fernando Floriani; VAILATI, Teci. *Na Briga pelo poder – Entre quiosques e partidos: Edição de documentos enviados pelo Presidente de Província de Santa Catarina à Câmara Municipal, de 07 de janeiro a 20 de maio de 1888*. Trabalho apresentado na disciplina de Filologia, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

embelezar a cidade, mas sim “atravancá-la e amesquinhá-la” exatamente no local em que ocorria a feira semanal frequentada pelos feirantes e seus consumidores. Terminava afirmando ser a autoridade primeira da província, que a legislação determinava que as câmaras não poderiam vender, aforar ou trocar bens móveis do conselho sem autorização do presidente da província em conselho com base na Lei de 1 de outubro de 1828 e que este poderia conceder ou não os terrenos e impor condições às concessões com base no decreto de 22 de Fevereiro de 1868<sup>118</sup>.

O presidente da província, por fim, solicitou o posicionamento definitivo da câmara sobre a questão até o dia 31 de janeiro e anunciou estar disposto a usar dos recursos da lei para colocá-la “nas raias da legalidade” caso essa mantivesse sua deliberação. Frisou ser a autoridade primeira com base na lei de 3 de outubro de 1834 e mencionou que poderia punir os desobedientes com base na mesma lei<sup>119</sup>. Solicitou que essa manifestasse sua posição sob a ameaça de julgar a câmara desobediente e resistente ao “Poder Público”<sup>120</sup>.

A menção às leis de 1º de outubro de 1828 e de 3 de outubro 1834 por José da Rocha é significava nessa disputa, pois ambas representam um momento no qual há enfraquecimento das câmaras municipais e fortalecimento do poder do executivo provincial<sup>121</sup>. A primeira legislação determinava que as câmaras estavam subordinadas ao presidente da província, que os cidadãos poderiam recorrer a ele caso se sentissem agravados pelas decisões dos vereadores e estipulava que, geralmente, o aumento das rendas das câmaras fossem propostos ao executivo provincial<sup>122</sup>. A segunda, afirmava que o presidente da província era a sua autoridade máxima, que todos estavam a ele subordinados e que cabia a ele inspecionar as instituições e garantir que as mesmas se conservassem segundo as leis<sup>123</sup>.

Percebe-se que, embora as autoridades inserissem nos seus discursos a preocupação com os feirantes, com os pescadores e com os consumidores dos gêneros alimentícios que se

<sup>118</sup> Ofício do Presidente de Província à Câmara Municipal. Desterro, 26 de Janeiro de 1888 Apud PETRY, Fernando Floriani; VAILATI, Teci. Na Briga pelo poder – Entre quiosques e partidos: Edição de documentos enviados pelo Presidente de Província de Santa Catarina à Câmara Municipal, de 07 de janeiro a 20 de maio de 1888. Trabalho apresentado na disciplina de Filologia, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

<sup>119</sup> O §8º do Artigo 5 lhe autorizava a suspender qualquer empregado por abuso, omissão, ou erro cometido. Ver Lei nº 40, de 3 de Outubro de 1834. *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1834*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

<sup>120</sup> Ofício do Presidente de Província à Câmara Municipal. Desterro, 26 de Janeiro de 1888 Apud PETRY, Fernando Floriani; VAILATI, Teci, op. cit.

<sup>121</sup> GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: Das vendedoras de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

<sup>122</sup> Lei de 1º de Outubro de 1828. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1828*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

<sup>123</sup> Lei nº 40, de 3 de Outubro de 1834. *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1834*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

dirigiam ao Mercado, havia por trás do conflito uma disputa pela afirmação de poderes entre a esfera municipal e provincial. Os ofícios trocados entre essas instâncias não deixa claro qual o posicionamento da população que seria afetada, mas há indícios de que a polêmica não ficou restrita ao palácio do presidente da província e à sede da câmara.

O jornal “Conservador” apresentou em 1888 diversos ofícios trocados entre a câmara e a presidência desde 1887<sup>124</sup>. O “Jornal do Commercio” observou que a questão dos quiosques era a grande questão da atualidade e que enchia o referido jornal “Conservador” de ponta a ponta. Era mais preponderante no “animo o publico” do que a probabilidade de uma guerra com os argentinos, da invasão da cólera e de uma revolução escravista desencadeada pelos abolicionistas. O autor da matéria, não identificado, demonstrava não apreciar a arquitetura dos quiosques com os quais a câmara desejava embelezar a Praça Barão de Laguna e considerava que as edificações iriam comprometer o “mesquinho” espaço destinado ao povo e à feira dos colonos<sup>125</sup>. Dividia da seguinte forma a opinião pública:

A presidência quer espaço para o beneficio do povo.  
A câmara quer quiosques para beneficio nosso.  
O povo quer largueza e não Kiosques, porque, diz ele, para se comprar carne secca e feijão há por ahi muitas casas de pedra e cal que pagam decimas e não prejudicam nem a população e nem a fazenda publica<sup>126</sup>.

O noticiário sugere que a questão ganhou as ruas e era acompanhada pela população embora essa apareça apenas de forma indireta na documentação analisada. O debate acerca suspensão temporária da obra iniciada por um dos concessionários também indica a disseminação da questão. A referida suspensão, que ocorreu antes do ofício de 21 de janeiro ser recebido, foi justificada pelo fato de o quiosque em construção estar em desacordo com a planta proposta. Há registro, entretanto, que um dos vereadores se opôs a suspensão da obra por considerar que a câmara estava sendo influenciada pelo “falatório do povo”<sup>127</sup>. A observação sugere que a pressão do povo pode ter interferido na ação dos vereadores.

Além disso, a nota apresentada levanta um novo argumento contra a edificação dos quiosques ao questionar a utilidade pública destes estabelecimentos com base nos gêneros que

<sup>124</sup> Ver BPESC - *Jornal O Conservador*. Desterro, 25 de janeiro de 1888. N. 19; *Jornal O Conservador*. Desterro, 26 de janeiro de 1888. N. 20; *Jornal O Conservador*. Desterro, 27 de janeiro de 1888. N. 20.

<sup>125</sup> BPESC - *Jornal do Commercio*. Desterro, 29 de Janeiro de 1888.

<sup>126</sup> *Ibidem*.

<sup>127</sup> APMF. Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 18 de Janeiro de 1888, caixa 22, livro 257.

seriam vendidos. As fontes analisadas indicam que o largo do Mercado era o único espaço destinado à feira na região, sendo por isso um local importante, muito frequentado e insubstituível naquele momento ao contrário dos quiosques que, aparentemente, vendiam produtos que poderiam ser encontrados em outros locais sem prejuízo para a população.

### *A resolução do conflito*

O ofício encaminhado por José da Rocha pedindo uma posição da câmara até o dia 31 de janeiro foi recebido pela câmara municipal e lido na sessão do dia 28 de janeiro de 1888. Na mesma sessão, foram analisadas as petições de João Antônio da Silva Junior e José Romão desistindo do levantamento dos quiosques nos ângulos externos da Praça do Mercado<sup>128</sup>. É possível que ambos não considerassem o investimento seguro, temessem a opinião pública e não quisessem se colocar contra o presidente da câmara municipal e o da presidente da província. A câmara aceitou os pedidos de desistência e arquivou os alvarás que lhe foram restituídos<sup>129</sup>.

A ameaça de José da Rocha causou constrangimento. Os vereadores protestaram contra a forma através da qual o presidente da província havia se dirigido à câmara. Alegaram respeitar autoridade do presidente e não terem recebido uma ordem positiva para a cassação das licenças. Consideravam e reiteravam que a câmara era a única repartição que poderia deliberar sobre a construção de edificações em praças e ruas<sup>130</sup>.

Os vereadores declararam saber que as concessões deveriam ser regularizadas por Posturas e que estas deveriam ser aprovadas pelo Poder Público, mas argumentaram que a própria necessidade de elaboração de posturas confirmava a competência da câmara. Os vereadores tinham ciência de que a administração da província poderia reformar qualquer ato da câmara independentemente de sua legalidade ou não. Defenderam novamente a legalidade de suas atitudes e frisaram não terem tido intenção de descumprir determinações superiores. Não consideravam que permitir a construção de quiosque equivalia a aforar ou arrendar terrenos o que não se poderia fazer sem prévia autorização do presidente da província. Para eles, ninguém diria que a câmara da Corte havia aforado a Praça D. Pedro II ao permitir a

---

<sup>128</sup> APMF - Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 28 de Janeiro de 1888, caixa 22, livro 257.

<sup>129</sup> *Ibidem*.

<sup>130</sup> APMF - Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 23 de Fevereiro de 1888, caixa 22, livro 257.

construção de quiosques naquele local. As rendas seriam provenientes das construções e não do terreno. Encerravam o ofício lamentando o incidente e terem sido mal compreendidos<sup>131</sup>.

A câmara defendeu a legalidade das suas ações, embasou legalmente seu direito de concessão de licenças para uso daquele espaço e utilizou o exemplo do Rio de Janeiro para defendê-lo. Apesar de não concordar com as críticas do presidente da província, reconhecia que este era a autoridade máxima e que lhe cabia o direito de autorizar e desautorizar as ações da câmara municipal de Desterro.

O desfecho foi anunciado, por José da Rocha, sob outra perspectiva no relatório de província de maio de 1888 que marcava a passagem da administração provincial para o Coronel Augusto Fausto de Souza. Nele, José da Rocha informava que a câmara havia feito diversas concessões para construção de casas de madeira nas ruas e praças adjacentes ao Mercado irregularmente e que havia decidido anulá-las, após o que lhe foi exposto em longa correspondência trocada, por estas medidas serem contrárias à legislação<sup>132</sup>.

A questão parece ter sido decidida em parte pela invocação da Lei nº 40 de 3 de outubro de 1834 que estipulava ser o presidente da província a autoridade primeira dela e que todos os que estivessem nela lhe seriam subordinados<sup>133</sup>. O mencionado falatório popular também pode ter pesado na decisão. Os registros demonstram que a questão chegou às ruas e isso pode ter sido decisivo para as desistências de João Antônio da Silva e José Segui.

Juliana Barreto Farias mostrou que a pressão popular foi decisiva para reversão de uma ação desfavorável para os comerciantes de gêneros alimentícios no Rio de Janeiro. A autora explorou a greve iniciada após a concessão da área ao redor do Mercado da Candelária a particulares. Esse Mercado era considerado o principal centro de compra e venda de gêneros alimentícios no Rio de Janeiro oitocentista<sup>134</sup>.

Havia um intenso comércio na Praça das Marinhas que ficava à margem da doca do referido Mercado. Em 1885, esse terreno foi arrendado a particulares que construíram barracas para a venda de hortaliças e legumes que deveriam ser alugadas por 400 réis diários. A cobrança gerou revolta e ocasionou uma greve. A população queria voltar para seu lugar na Praça das Marinhas sem ter que pagar aquele valor considerado abusivo. O abastecimento foi

---

<sup>131</sup> APMF - Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 23 de Fevereiro de 1888, caixa 22, livro 257.

<sup>132</sup> Relatório com que ao Exm. Sr. Coronel Augusto Fausto de Souza, presidente da Província de Santa Catharina passou a administração da mesma Província o Dr. Francisco José da Rocha em 20 de maio de 1888. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu>>. Acessado em julho de 2014.

<sup>133</sup> Lei nº 40, de 3 de Outubro de 1834. *Coleção de Leis do Império do Brasil* – 1834. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

<sup>134</sup> FARIAS, Juliana Barreto. Mercado em greve: Protestos e organização dos trabalhadores do pequeno comércio no Rio de Janeiro – Outubro, 1885. *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, 127, p. 100 – 157, 2010.

comprometido. O Ministro do Império ordenou que a Câmara interrompesse o contrato e a arrematação das barracas até que o impasse fosse resolvido. Diante da agitação observada nas ruas e na imprensa, o Imperador ordenou que os vereadores designassem um lugar no litoral para que os comerciantes pudessem expor seus produtos sem as condições a que foram sujeitos em decorrência da concessão “irrefletidamente feita para o assentamento das barracas” pelos vereadores<sup>135</sup>.

A documentação consultada, referente a Desterro, não permitiu evidenciar de maneira mais direta a participação dos comerciantes de gêneros alimentícios na resolução da questão dos quiosques. Mas há indícios de que a população estava atenta e discutia o conflito. A região do Mercado era central e alterações nele ou nas suas imediações seriam percebidas pela população que o frequentava diariamente seja como produtora, vendedora ou consumidora de gêneros e gerariam alguma forma de reação.

## 2.2 Considerações

As fontes mostram que o Mercado de Desterro e suas adjacências eram o destino dos produtores de diversas freguesias da Ilha e das regiões adjacentes e que as pessoas se aglomeravam nas suas áreas laterais para vender e comprar produtos. Essa região era essencial ao abastecimento da cidade e à sobrevivência da população tanto em Desterro quanto em outras localidades.

Os terrenos de marinha e as áreas de logradouro público surgem como um ponto polêmico dentro da administração pública e as divergências em torno dessa área demonstram uma disputa entre os poderes provincial e municipal pela afirmação de suas respectivas autoridades e competências.

Os conflitos em torno dos quiosques em Desterro demonstram também que a legislação pode ser utilizada de maneira ambígua. Tanto o presidente da província quanto os vereadores embasaram legalmente suas atitudes. Ambas as instâncias de poder recorreram ao §1º do Art. 66 da Lei de 1º de outubro de 1828 para construir sua argumentação<sup>136</sup>. A câmara o citou para defender sua competência e direitos enquanto o presidente da província o citou

---

<sup>135</sup> FARIAS, Juliana Barreto. Mercado em greve: Protestos e organização dos trabalhadores do pequeno comércio no Rio de Janeiro – Outubro, 1885. *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, 127, p. 100 – 157, 2010.

<sup>136</sup> §1º do Art. 66 da Lei de 1º de Outubro de 1828. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1828*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

para ressaltar as obrigações da administração municipal que segundo ele não estavam sendo cumpridas.

Por fim, percebe-se a partir do caso exposto que a área destinada ao comércio de gêneros em Desterro na década de 1880 era insuficiente e sugerem a necessidade de novos espaços. A busca de soluções para essa questão será explorada no próximo capítulo.

### CAPÍTULO 3 - NOVOS ESPAÇOS

O presidente da província de Santa Catarina, Francisco José da Rocha, não apreciava o primeiro prédio do Mercado Público de Desterro, considerava-o “tortuoso, desgracioso, acaçapado e insuficiente”<sup>137</sup> e possuía sugestões para ampliação da área de comercialização de gêneros alimentícios. As obras de canalização do córrego da Fonte Grande, de aterro e construção de um cais na praia Menino de Deus criariam novos espaços e permitiriam que a Rua Augusta ligasse toda a área comercial da cidade. Isto facilitaria o deslocamento entre o prédio do Mercado e à área aterrada que poderia comportar um mercado coberto para a venda de peixe e um “pavilhão elegante” para abrigo dos colonos. Julgava não haver espaço no entorno do Mercado para este comércio que estava exposto ao sol e à chuva e prejudicava o trânsito pelas ruas. Enfatizou que a área poderia ser entregue à Câmara após a devida indenização<sup>138</sup>.

Antero José Ferreira de Brito já havia proposto o aterro da região situada entre o forte Santa Bárbara e a chamada ponte da Bica em 1846 quando atuou como presidente da província. A superfície compreendida entre as letras AA, destacada na figura 4, representa a área que desejava ver aterrada e que propunha que fosse destinada para logradouro público<sup>139</sup>.

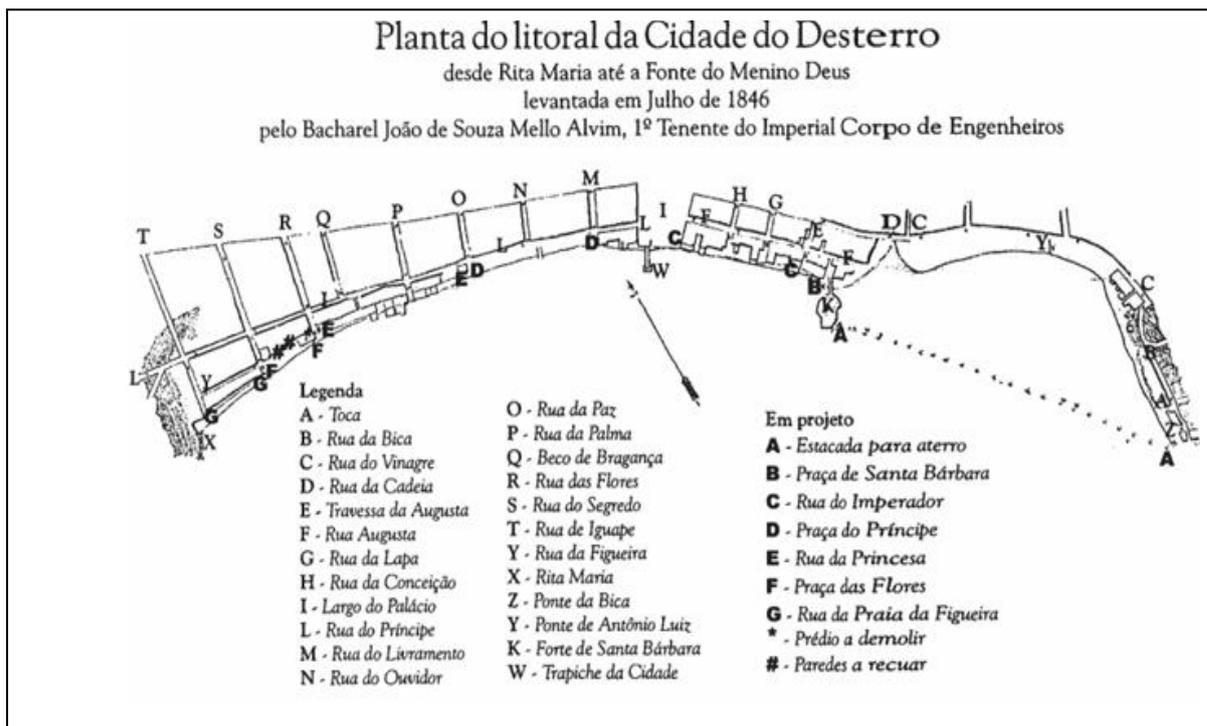
---

<sup>137</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2.a sessão de sua 26.a legislatura, pelo presidente, Francisco José da Rocha, em 11 de outubro de 1887. Rio de Janeiro: Typ. União de A.M. Coelho da Rocha & C., 1888. p. 163. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu>>. Acessado em julho de 2014.

<sup>138</sup> Relatório com que ao Exm. Sr. Coronel Augusto Fausto de Souza Presidente da Província de Santa Catharina passou a administração da mesma Província o Dr. Francisco Jospe da Rocha em 20 de maio de 1888. Rio de Janeiro: Typ. União de A.M. Coelho da Rocha & C., 1888. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu>>. Acessado em julho de 2014.

<sup>139</sup> MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Em nome da beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX. *Geosul*, Florianópolis, v. 14, n. 28, jul./dez. 1999, p. 179-188.

**Figura 4:** Proposta de melhoramentos efetuada por Antero de Brito em 1846



**Fonte:** APESC - Correspondência Oficial com a Câmara Municipal, 1847-1848 Apud MAMIGONIAN, 1999, p 179-188.

O sucessor de José da Rocha, Augusto Fausto de Souza, considerava o local do Mercado inapropriado. Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa, elencou as oito medidas que considerava mais necessárias para o saneamento e embelezamento da Capital: aterro e construção de cais na praia da Figueira; limpeza e retificação do córrego da Fonte Grande; mudança do cemitério para ponto mais afastado; arborização das praças e praias; melhoria do memorial da Praça Barão de Laguna; iluminação e calçamento da cidade; transferência do Mercado com a construção de uma pequena doca para botes em sua frente e abarracamento para o mercado do peixe<sup>140</sup>. O local do Mercado era considerado o menos apropriado possível por impedir a bela vista da praça principal para o porto e vice-versa. Augusto Fausto sugeriu que o edifício fosse demolido, que no seu lugar fosse construída uma varanda ornamentada com área para embarque e desembarque de passageiro e fosse construído outro Mercado nas proximidades. Em relação ao abarracamento para o mercado do peixe, observou que esta não era uma ideia nova e que já a havia ouvido de várias pessoas.

<sup>140</sup> Relatório com que o Exm. Sr. coronel Dr. Augusto Fausto de Souza abriu a 1.a sessão da 27.a legislatura da Assembleia Provincial em 1.o de setembro de 1888. Santa Catharina: Typ. do Conservador [n.d.]. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu> >. Acessado em julho de 2014.

Sugeriu que essa construção e seu usufruto inicial ficasse a cargo de particulares e que, em troca, o responsável construísse um edifício para acomodação dos imigrantes<sup>141</sup>.

É significativo observar que a construção de um local para abrigar a venda de peixe e de um novo Mercado estava entre as principais obras a serem realizadas na opinião do referido presidente da província. Não sabemos ao certo quem eram essas pessoas que desejavam construir um espaço para a venda do peixe. Poderiam ser pescadores, compradores ou vendedores do pescado. De qualquer forma, a menção é importante por alertar que as preocupações apresentadas pelos presidentes nos relatórios ultrapassam esses indivíduos. Esses registros nos ajudam a compreender o contexto da época e evidenciam que o desejo de sanear e embelezar a cidade de Desterro, principalmente seu espaço central, estava presente na década de 1880 como esteve em outros períodos. Os projetos de reformulação do espaço urbano não foram iniciados imediatamente após a proclamação da República. Eles estavam presentes no período imperial e foram influenciados pelas experiências epidêmicas que atingiram as províncias brasileiras<sup>142</sup>.

Neste capítulo, será enfatizada a necessidade de novos espaços e a consequente construção do galpão do peixe e do novo Mercado Público. Serão investigados os motivos dessas demandas e possíveis divergências acerca das mesmas. Pretende-se situar e se ressaltar a importância das três diferentes obras que estavam em discussão: o galpão do peixe; o galpão para abrigos dos gêneros trazidos pelos colonos e os da “nossa lavoura” e o novo Mercado.

### ***3. 1 Galpão para venda do peixe***

A venda de peixe nas imediações do Mercado ao ar livre deveria incomodar tanto os vendedores que não encontravam espaço dentro do prédio do Mercado quanto aos compradores e autoridades que frequentavam o espaço e eram pressionadas pelos habitantes da cidade. Os documentos analisados apontam para uma preocupação com a situação dos comerciantes, com os prejuízos financeiros que a exposição ao tempo acarretava e com a qualidade dos gêneros comercializados.

---

<sup>141</sup> Relatório com que o Exm. Sr. coronel Dr. Augusto Fausto de Souza abriu a 1.a sessão da 27.a legislatura da Assembleia Provincial em 1.o de setembro de 1888. Santa Catharina: Typ. do Conservador [n.d.]. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu>>. Acessado em julho de 2014.

<sup>142</sup> SILVA, Sandra Oenning. *Prevenir, minorar e combater o terrível flagelo: Febre Amarela (Desterro, 1880)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

O inspetor de saúde pública, por exemplo, reclamou à câmara municipal que as mesas utilizadas para a exposição e venda do peixe na parte externa do Mercado deveriam ser cobertas por um toldo<sup>143</sup>. O presidente da câmara propôs que fosse construído um galpão no lado voltado para o mar do Mercado para abrigar a venda do peixe e a feira dos colonos. A proposta foi aprovada pelos vereadores que solicitaram a realização de uma planta e orçamento para que se encaminhasse a obra<sup>144</sup>. Enquanto isso, as mesas para venda de peixe deveriam ser colocadas no fundo do edifício do Mercado do lado voltado para o mar ficando protegidas do sol<sup>145</sup>. A necessidade de um espaço estava, aparentemente, clara e não houve contestação. Apesar disso, nada foi feito.

A câmara municipal e a assembleia provincial foram criticadas por essa situação. A matéria intitulada “A venda do pescado”, assinada por “O Povo”, foi publicada no jornal “Conservador” em 1888 explicita a situação e o motivo das críticas. “O Povo” queixava-se da exposição do pescado aos raios do sol que prejudicavam sua qualidade, lembrava que essa reclamação já havia sido feita diversas vezes e que nada havia sido feito apesar da cobrança do dízimo de 10% sobre o peixe<sup>146</sup>.

Os vereadores voltaram a discutir e a aprovar a construção de um galpão para abrigar as bancas de peixe apenas em maio de 1889. O local sugerido foi a área entre a praça do Mercado e a embocadura da Rua da Conceição, atual Rua Emir Rosa<sup>147</sup>. A proposta não foi desenvolvida e não teve continuidade.

Após a proclamação da República, houve uma reconfiguração da organização política e administrativa e o assunto passa a ser de responsabilidade do conselho da intendência municipal. O decreto 50-A de 7 de dezembro de 1889 dissolveu a câmara municipal da capital federal e criou o conselho de intendência municipal que exerceria o poder municipal e teria como funções rever os limites do município, cuidar da sua renda, da polícia administrativa, da economia, zelar pela saúde, tranquilidade, segurança, comodidade e saúde dos seus membros, rever as posturas municipais, julgar suas contravenções, realizar obras e examinar os atos da câmara dissolvida<sup>148</sup>.

O conselho de intendência municipal de Desterro discutiu e aprovou a construção do galpão em 3 de março de 1890. Os intendentes decidiram providenciar a planta e orçamento

---

<sup>143</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 10 de janeiro de 1887, caixa 22, livro 257.

<sup>144</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 10 de janeiro de 1887, caixa 22, livro 257.

<sup>145</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 17 de janeiro de 1887, caixa 22, livro 257.

<sup>146</sup> BPESC - Jornal *O Conservador*. Desterro, 14 de dezembro de 1888.

<sup>147</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 25 de maio de 1889, caixa 22, livro 257.

<sup>148</sup> Decreto nº 50-A, de 7 de Dezembro de 1889. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1889*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

sua execução do galpão junto ao Mercado e chamaram a concorrência pública. A proposta apresentada por Antônio de Castro Gandra orçada em 4.5 contos de réis foi escolhida. Com as alterações sugeridas, a obra ficou orçada em 5.1 contos de réis<sup>149</sup>.

Na ata da sessão do dia 3 de março de 1890, está registrado que o galpão deveria ser construído junto ao Mercado no lado leste<sup>150</sup>. No entanto, entende-se que esse era o lado oposto ao mar de acordo com as referências apresentadas no capítulo 2. Em outro documento, menciona-se que a obra foi novamente alterada com a construção de um paredão em direção à frente da rua e a inclusão de mais uma série de pilares em direção ao mar o que aumentou em oitocentos mil réis a obra<sup>151</sup>. É provável que a obra tenha sido construída no lado sul do Mercado, mais precisamente, entre a Praça do Mercado e a embocadura da Rua da Conceição conforme sugere a figura 3 apresentada no capítulo 1.

A documentação analisada indica que o galpão possuía bancas para a venda do pescado e casinhas e quiosques para serem alugados aos interessados. A partir de publicação encontrada em jornal, infere-se que os interessados no aluguel das casinhas do galpão do peixe, do Mercado e na lavagem das bancas do peixe deveriam apresentar suas propostas em cartas fechadas e seladas para a secretaria da superintendência municipal informando o maior valor que poderiam pagar de aluguel. A chamada para a concorrência era feita através dos jornais<sup>152</sup>.

Encontrou-se termos de contrato de arrendamento de 4 casinhas situadas no galpão “junto ao mercado” em 1896 e em 1898. A casinha número 1 foi alugada para Henrique Fernandes Loureiro pelo valor de 30.500 reis mensais pelo período de janeiro de 1897 a dezembro de 1897. Após o encerramento do contrato, um novo termo foi assinado com o mesmo valor de aluguel e com a especificação de que o contrato valeria enquanto o Mercado novo estivesse em construção. As casinhas 2, 3 e 4 foram alugadas para João Ighes Barreto sob as mesmas condições tanto em 1896 quanto em 1898. Os contratantes ficavam obrigados a conservar as casinhas e a fazer os reparos necessários. O valor cobrado pelas casinhas presentes no galpão indica que este era um espaço valorizado. A especificação de que o contrato valeria enquanto o Mercado novo estivesse em construção sugere que o comércio

---

<sup>149</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 3 de março de 1890, 31 de março de 1890, 5 de maio de 1890, 7 de maio de 1890, caixa 22, livro 257.

<sup>150</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 3 de março de 1890, caixa 22, livro 257.

<sup>151</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 27 de setembro de 1890, caixa 22, livro 257.

<sup>152</sup> APMF - Atas das sessões do Conselho da intendência Municipal. Desterro, 31 de janeiro de 1891, caixa 50, n. 269; APMF - Lançamento de termos de contratos e arrendamentos da Intendência Municipal. Desterro, 25 de junho de 1894, n. 275, p. 39, 45v e 46; BPESC - Jornal *Republica*. Florianópolis, 18 de Dezembro de 1896. n. 277.

realizado no galpão deveria ser transferido para esse espaço após sua inauguração<sup>153</sup>. No entanto, a última concorrência para suas casinhas ocorreu em novembro de 1902. Mesquita inferiu que o galpão foi demolido em 1904<sup>154</sup>.

O galpão apresentava 4 quiosques que foram arrematados, em 1894 pelo prazo de 5 anos, pelo valor de 20.000 reis mensais. Francisco de Paula e Miguel Antonio arremataram dois quiosques cada um<sup>155</sup>. O serviço de limpeza das bancas de peixe presentes no galpão era realizado por particular contratado mediante arrematação. Em 1896, Francisco José Antonio Bruno arrematou o serviço por 14.000 reis mensais e receberia em troca o imposto pago pelos vendedores sobre o pescado. O contrato valeria por um ano e as bancas deveriam ser limpas logo que o peixe fosse retirado<sup>156</sup>.

Embora as fontes analisadas não demonstrem, é provável que os pescadores, essenciais ao abastecimento da cidade, tenham pressionado para que as obras ocorressem e entrassem diversas vezes na pauta das reuniões. Podemos supor que a presença deles, assim como a presença dos colonos, nas imediações do Mercado já representasse uma pressão sobre as autoridades e que a opinião de alguns dos conselheiros fosse compatível com o seu posicionamento.

A construção deste galpão foi pouco abordada na historiografia. Silva havia mencionado a construção de um galpão do peixe em 1891, mas esse não foi o foco de sua análise<sup>157</sup>. Mesquita investigou a sua construção, mas tratou os dois diferentes galpões em discussão nesse período como se correspondessem ao mesmo espaço e acabou atribuindo o debate em torno da construção do galpão dos colonos que será apresentado a seguir ao debate em torno da construção do galpão do peixe<sup>158</sup>.

---

<sup>153</sup> APMF - Lançamento de termos de contrato diversos. Florianópolis, 24 de dezembro de 1896 e 1° de março de 1898, n. 287, f. 16, 16v, 17, 56v, 57, 57v.

<sup>154</sup> MESQUITA, Ricardo Moreira. *Mercado: Do Mané ao Turista*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002. p. 73.

<sup>155</sup> APMF - Lançamento de termos de contratos e arrendamentos da Intendência Municipal. Desterro, 25 de junho de 1894, n. 275, p. 39, 45v e 46.

<sup>156</sup> APMF - Lançamento de termos de contrato diversos. Florianópolis, 26 de dezembro de 1896. N. 287, 17 e 17v.

<sup>157</sup> Ver SILVA, Jorge Nivaldo de. *A Descoberta do Mercado Público*. Florianópolis: Associação dos Comerciantes e Varejistas do Mercado Público, 1996. p. 35.

<sup>158</sup> MESQUITA, op. cit. p. 47-52.

### *3. 2 Galpão para abrigo dos gêneros da nossa lavoura e dos colonos*

A preocupação com os colonos e com os gêneros vendidos pelos mesmos foi encontrada em diversos documentos. As fontes demonstram sua importância para o abastecimento da cidade. Em 1887, a câmara mencionava sua intenção de construir um alpendre para abrigar os colonos que comercializavam no Mercado e elencava esta como uma das principais obras a serem realizadas<sup>159</sup>.

Em 21 de janeiro de 1890, a proposta do intendente José de Araújo Coutinho para a construção de um galpão, na Praça da Rua José Veiga, entre as ruas Jerônimo Coelho e General Deodoro, para receber os gêneros da lavoura e outros como os trazidos pelos colonos foi aprovada pelo conselho de intendência municipal<sup>160</sup>. O conselho argumentava que não deveriam continuar expostos às intempéries do tempo, os gêneros produzidos pela “nossa lavoura” e os que eram conduzidos pelos colonos. Esses trabalhadores estariam tendo prejuízos em função da ausência de um local para comercializar seus produtos ao abrigo do sol ou das “chuvas torrenciais”. A intendência poderia estabelecer contrato com quem oferecesse mais vantagens. O responsável pela obra deveria construí-la por conta própria e a entregar conservada após 15 anos de uso ao município sem qualquer ônus. Caso não aparecessem interessados, o galpão deveria ser construído pela própria intendência que poderia obter por empréstimo a quantia necessária. A intendência teria 10 dias para chamar os concorrentes e as propostas deveriam ser abertas e analisadas no dia 15 de fevereiro de 1890<sup>161</sup>.

O projeto foi votado e aprovado, mas nem todos concordaram com o mesmo em função do local escolhido. Quatro intendentes votaram a favor e três contra. O presidente do Conselho João Francisco Regis Junior e seus colegas João Martins Barbosa e Carlos Guilherme Schmidt não queriam que o local da construção fosse fixado no projeto. O Mercado era uma das melhores fontes de renda do município e os intendentes receavam que a construção do galpão em outra área o depreciasse. Julgavam mais apropriada sua edificação nas imediações do Mercado, mas defendiam que a concorrência fosse aberta com liberdade de escolha do local<sup>162</sup>. O autor do projeto discordou dos opositoristas. Argumentou que os colonos não dependiam do Mercado e vice-versa e que a base do edifício já estaria feita em

---

<sup>159</sup> APESC - Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente da Província. Desterro, 17 de abril de 1887.

<sup>160</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 21 de janeiro de 1890, caixa 22, livro 257.

<sup>161</sup> *Ibidem*.

<sup>162</sup> *Ibidem*.

caso de construção na região apontada. A construção do galpão nas imediações do Mercado sobre o mar envolveria custos maiores e, além disso, comprometeria o aporte das canoas que supriam a população com verduras, lenha e vários gêneros alimentícios<sup>163</sup>.

O texto do edital para chamada de concorrência estava pronto em 3 de fevereiro. O local indicado era o terreno situado entre as atuais Ruas Jerônimo Coelho e Deodoro da Fonseca e a finalidade especificada era o abrigo de gêneros trazidos das lavouras e pelos colonos. O arrematante usufruiria do galpão por no máximo 15 anos e contaria com o auxílio do município para cobrar taxas sobre os volumes comercializados. O mesmo deveria informar o tempo pelo qual desejava utilizar o galpão e o valor que cobraria sobre os gêneros na proposta apresentada. Deveriam seguir a planta apresentada pela intendência. A ausência de orçamento foi criticada por alguns intendentes, mesmo assim o texto apresentado foi aprovado sob o argumento de que a obra ficaria a cargo de particulares<sup>164</sup>.

Os intendentes vencidos recorreram ao governo estadual e foram atendidos. O governador não concordou com a ausência de orçamento para a construção do galpão e das obras acessórias necessárias e suspendeu a abertura de concorrência. Considerava importante saber o custo da obra e avaliar se ela traria benefícios aos colonos. Os poderes públicos deveriam zelar pelas “classes pobres”, não poderiam agravar o seu estado sob o pretexto de beneficiá-las. O orçamento permitiria que se avaliasse a exequibilidade da obra e serviria de critério para a concessão<sup>165</sup>. No mesmo documento, o governador chama a atenção dos intendentes para outros serviços necessários como a iluminação, abastecimento de água e limpeza pública<sup>166</sup>. Apesar da ausência de espaço apontada nos documentos, não foram encontrados registros de continuidade da obra. As divergências em relação ao projeto parecem ter dificultado a sua execução. Os intendentes passaram a se concentrar em outras obras que estavam em discussão como a construção do referido galpão do peixe.

Também não foram encontrados registros do posicionamento dos colonos em relação à obra que estava sendo discutida, apenas a preocupação das autoridades com a situação dos mesmos e com os gêneros por eles produzidos.

O discurso de comprometimento das autoridades com o povo, com as classes pobres aparece mais uma vez nas fontes analisadas. Richard Graham observou, em sua pesquisa, que a autoridade do governador e da câmara municipal dependia da sua capacidade de assegurar o bem-estar “do povo” e que a noção de que os “de cima” tinham responsabilidade sobre os “de

---

<sup>163</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 21 de janeiro de 1890, caixa 22, livro 257.

<sup>164</sup> APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 3 de fevereiro de 1890, caixa 22, livro 257.

<sup>165</sup> APESC - Correspondência com as intendências municipais. Desterro, 15 de fevereiro de 1890.

<sup>166</sup> *Ibidem*.

baixo” estava profundamente arraigada entre os moradores e autoridades de Salvador<sup>167</sup>. Esta reflexão pode ser estendida para Desterro no período analisado. Nesse período de transição política, o apoio da população poderia ser essencial para a manutenção da tranquilidade pública e do próprio governo.

### 3.3 O novo Mercado

O novo Mercado, a reforma do palácio do Governo em 1895, os aterros, as obras do porto, assim como a mudança de nome da cidade ocorrida em 1894, três dias após a posse do governo republicano marcam, segundo Araújo, um investimento mais decisivo no remodelamento urbano e social das áreas centrais da cidade<sup>168</sup>.

Para Neckel, os dilaceramentos provocados pela Revolução Federalista em Santa Catarina abriram espaço para um discurso de reconstrução associado à realização de novas obras por um governo que se anunciava como reformador. As intervenções na paisagem passaram a ser feitas em um ritmo mais acelerado e marcaram a Primeira República Catarinense<sup>169</sup>.

A análise da documentação demonstra que a proposição da construção de um novo prédio de Mercado ocorreu em um contexto no qual se discutia a reorganização do espaço urbano. Buscava-se alinhar as ruas da cidade, padronizar e regulamentar suas edificações. Os novos prédios urbanos deveriam ser construídos de acordo com as normas fornecidas pela superintendência municipal sob ameaça de demolição. Para que as ruas fossem alinhadas e alargadas, casas seriam desapropriadas e muros deveriam ser recuados<sup>170</sup>.

A superintendência municipal foi autorizada, nesse período, a contrair um empréstimo de 250 contos de réis para aplicar nas diversas obras que seriam realizadas, entre as quais estavam: a canalização dos córregos que atravessam a cidade de Florianópolis; consertos na casa do governo municipal; as desapropriações e outras despesas como o parque 17 de

---

<sup>167</sup> GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: Das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 58.

<sup>168</sup> ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989. p.28.

<sup>169</sup> NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889 - 1920)*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003. p. 39-47.

<sup>170</sup> APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 23 de dezembro de 1895; 28 de dezembro de 1895; 24 de março de 1896 - caixa 50, n. 269.

Novembro; a construção de uma ponte de desembarque e para auxiliar na construção do novo Mercado<sup>171</sup>.

O conselheiro Leonel Luz apresentou uma proposta de planta para construção de um novo Mercado na sessão de 23 de dezembro de 1895. A proposição foi aprovada sem registro de discussão<sup>172</sup>. Na sessão seguinte, foi autorizada a chamada de concorrentes para execução da obra<sup>173</sup>. Apesar disso, a chamada não ocorreu e uma nova planta foi apresentada e aprovada na sessão de 24 de março de 1896. O local indicado para a obra foi o Largo Silva Jardim<sup>174</sup>. O Largo foi suprimido por uma resolução de 1914 em virtude da construção do prédio do novo Mercado nesse local<sup>175</sup>.

Um novo plano para a construção do Mercado foi apresentado e aprovado na sessão do conselho municipal em 23 de Abril de 1896. O Largo Silva Jardim foi novamente apontado como local onde a obra seria edificada<sup>176</sup>. Em 2 de novembro de 1896, o superintendente municipal Henrique Monteiro de Abreu e Antônio de Castro Gandra assinaram contrato para a construção do novo Mercado Público de Florianópolis. A obra estava orçada em 85 contos de réis e deveria ficar pronta em 22 meses. O contratante seria obrigado a seguir a planta e o orçamento estipulados pela superintendência municipal<sup>177</sup>. Gandra já havia ficado responsável por outras obras realizadas em Desterro. O mesmo havia sido contratado para reformar o prédio da câmara e cadeia em 1895<sup>178</sup>. A cidade passava por diversas transformações e reformas nesse período e se distanciava da descrição feita pelo viajante Saint-Hilaire em 1820<sup>179</sup>.

A imagem a seguir mostra a área na qual seria construído o novo prédio de Mercado (figura 5).

<sup>171</sup> APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 30 de março de 1896, caixa 50, n. 269.

<sup>172</sup> APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 23 de dezembro de 1895, caixa 50, n. 269.

<sup>173</sup> APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 28 de dezembro de 1895, caixa 50, n. 269.

<sup>174</sup> APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 24 de março de 1896, caixa 50, n. 269.

<sup>175</sup> REGO, Edgar de Sousa; Francisco, Graziela; DONADELLI, Pedro Paulo. *Estátuas também falam: discurso político partidário na estatuária da Primeira República em Florianópolis*. Trabalho de Conclusão de Estágio, Departamento de História, Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

<sup>176</sup> APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 23 de abril de 1896, caixa 50, n. 269.

<sup>177</sup> APMF. Lançamento de termos de contratos e arrendamentos da Intendência Municipal. Desterro, 25 de junho de 1894, n. 275, f. 14 -16.

<sup>178</sup> VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: Memória Urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010. p.177.

<sup>179</sup> SAINT-HILAIRE, August. *Viagem á Província de Santa Catharina (1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 145-177.

**Figura 5:** Rua do Comércio, atual Conselheiro Mafra, no final do século XIX.



**Fonte:** Acervo da Casa de Memória.

A pedra fundamental do novo Mercado foi colocada em 29 de dezembro de 1896. Segundo o jornal oficial, estiveram presentes o superintendente municipal, o presidente do conselho, senador Richard, o desembargador Beltrão, o prefeito de polícia e secretário da prefeitura, o diretor da repartição de obras públicas, oficiais do corpo de segurança, o presidente do clube Guarda da República, representantes da imprensa e muitas outras pessoas. O local estava embandeirado, serviu-se um copo de água entre os presentes para a troca de brindes e a banda musical do corpo de segurança tocou durante a ocasião<sup>180</sup>.

O prédio que estava sendo construído por Gandra era um grande galpão de alvenaria, sem divisões internas dentro do qual haveria o comércio de carne, peixe, verduras e legumes, secos e molhados sendo os produtos expostos em bancas e 12 tabuleiros. Haveria também dois banheiros públicos. O projeto inicial não previa um atracadouro e uma rampa para o acesso das mercadorias que chegavam em canoas<sup>181</sup>.

As obras acessórias como cais, rampa e quebra mar começaram a ser providenciadas em 1897<sup>182</sup>. Em abril de 1898, decidiu-se que o novo Mercado seria inaugurado assim que fosse entregue à administração municipal mesmo que essas obras não estivessem concluídas. No mesmo dia, autorizou-se a chamada de concorrência pública para a confecção das paredes

<sup>180</sup> BPESC - *Jornal Republica*. Florianópolis, 29 de Dezembro de 1896. N. 284.

<sup>181</sup> MESQUITA, Ricardo Moreira. *Mercado: Do Mané ao Turista*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002. p. 61.

<sup>182</sup> APMF - Registros de Ofícios e Portarias. Florianópolis, 1 de julho de 1897 e 1 de outubro de 1897, caixa 51, n. 297; Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 5 de novembro de 1897, 13 de janeiro de 1898, 26 de janeiro de 1898, caixa 50, n. 269; Lançamentos de termos de contrato diversos. Florianópolis, 7 de dezembro de 1897 e 10 de Março de 1898, n. 287.

internas, das bancas para a venda de pescado e do poço interno do novo edifício<sup>183</sup>. Outras providências foram tomadas como a abertura de concorrência para edificação das paredes divisórias do lado do mar, a apresentação e discussão do seu projeto de funcionamento<sup>184</sup>, do seu regulamento e da tabela de impostos a serem cobrados<sup>185</sup>.

O regulamento interno do novo Mercado definia qual tipo de pessoa poderia alugar um espaço no mesmo. Ficou definido que as casinhas só poderiam ser alugadas a pessoas morigeradas e de bons costumes e que o contrato de aluguel seria feito por concorrência pública. O documento estava adequado a um novo contexto no qual a escravidão não estava mais presente e proibia os criados de ficarem ali além do tempo necessário para fazerem suas compras enquanto o regulamento do primeiro Mercado proibia os chamados pretos de ganho de ficarem nesse espaço além do tempo necessário para suas compras<sup>186</sup>. Isso demonstra que a tentativa de controle social permanecia.

Não há registros de discussões e conflitos acerca da construção e da regulamentação do Mercado novo entre os conselheiros e o superintendente na documentação analisada. É possível que a necessidade de mais espaço já evidenciada aliada ao momento de reconfiguração do espaço urbano e de propaganda do governo republicano tenha influenciado no consenso em torno da obra entre os administradores públicos. No entanto, críticas à edificação e divergências quanto a sua importância e utilidade podem ser encontradas nos jornais antes mesmo de sua inauguração.

A análise dos jornais “O Estado” e “República” permite que se observem as diferentes perspectivas acerca da nova obra e indicam que sua construção não foi uma unanimidade entre a população. As publicações possuíam diferentes filiações políticas e partidárias, o primeiro periódico citado representava a oposição e criticava a nova construção enquanto o segundo representava a situação e enfatizava os melhoramentos que ela representava em relação ao velho mercado. Silva observou que o papel da imprensa deve ser analisado levando-se em conta a situação política da cidade no final do século XIX. A Revolução

---

<sup>183</sup> APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 5 de abril de 1898, caixa 50, n. 269.

<sup>184</sup> APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 6 de abril de 1898, caixa 50, n. 269.

<sup>185</sup> APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 13 de abril de 1898 e 14 de abril de 1898, caixa 50, n. 269.

<sup>186</sup> POPINIGIS, Fabiane. *Trabalhadores do comércio ambulante de gêneros e comerciantes do mercado público de desterro no século XIX*. Comunicação apresentada no I Seminário Internacional de História do Trabalho/V Jornada Nacional de História do Trabalho. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, outubro de 2010. p.18.

Federalista havia ocorrido entre 1893 e 1894. Desterro havia sido por certo momento a capital dos revoltosos e pessoas conceituadas na sociedade local haviam sido fuziladas<sup>187</sup>.

Uma das críticas feitas pelo jornal “O Estado” foi a limitação na concessão de licenças por supostas divergências políticas e por falta de espaço. O superintendente Raulino Horn foi acusado de não conceder licença a vendedores de frutas e verduras para que continuassem com suas quitandas no novo Mercado por não serem seus eleitores ou correligionários. O mesmo estaria acontecendo com as casas de negócio<sup>188</sup>.

O jornal em questão denunciou que os cidadãos Eduardo de Brito, João Bento, Manoel Serafim e Manoel Pedro não haviam conseguido licença para vender peixe nas bancas destinadas a esse fim dentro do novo Mercado e foram autorizados a comercializar fora do mesmo. O autor da matéria intitulada “Insensato” considerava incoerente ter-se gasto mais de 100 contos de réis na construção de um novo edifício com o argumento de que o Mercado velho não tinha espaço suficiente e os peticionários mencionados terem que vender seus produtos na entrada da nova obra<sup>189</sup>.

O jornal “Republica” defendeu as autoridades responsáveis informando que, quando os cidadãos em questão fizeram suas petições, vários outros já haviam solicitado lugares nas bancas destinadas a esse comércio e que o superintendente havia autorizado a venda de peixes mediante prévia licença em qualquer lugar da cidade para resolver a demanda<sup>190</sup>. De qualquer forma, percebe-se que o espaço dentro do novo Mercado não seria suficiente para abrigar os comerciantes que atuavam no antigo edifício e nas suas imediações.

A inauguração do novo prédio ocorreu em 5 de fevereiro de 1899. Segundo o jornal “Republica”, várias pessoas visitaram as suas dependências onde “primava a ordem”. Ressaltava-se a iluminação com gás acetileno<sup>191</sup> como uma melhoria em relação à iluminação feita a partir do petróleo<sup>192</sup>. O Mercado possuía 16 casinhas que gerariam uma boa renda para o governo municipal. Os aluguéis variavam de 26 mil réis a sessenta mil réis. Em 1899, a

---

<sup>187</sup> SILVA, Jorge Nivaldo de. *A Descoberta do Mercado Público*. Florianópolis: Associação dos Comerciantes e Varejistas do Mercado Público, 1996. p. 38-39.

<sup>188</sup> BPESC - Jornal *O Estado*. Desterro, 1 de fevereiro de 1899. Microfilme – 14 de janeiro de 1897 a 30 de setembro de 1899, n. 193 a 456.

<sup>189</sup> BPESC - Jornal *O Estado*. Desterro, 12 de janeiro de 1899. Microfilme – 14 de janeiro de 1897 a 30 de setembro de 1899, n. 193 a 456.

<sup>190</sup> BPESC - Jornal *Republica*. Florianópolis, 14 de Janeiro de 1899. N. 12

<sup>191</sup> BPESC - Jornal *Republica*. Florianópolis, 7 de Fevereiro de 1899. N. 28

<sup>192</sup> BPESC - Jornal “Republica”. Florianópolis, 19 de Fevereiro de 1899. N. 41.

escolha dos beneficiados foi feita através de licitação. Jovita de Casto Gandra e Antônio da Costa Gandra possuíam juntos os boxes 1, 2, 3 e 4<sup>193</sup>.

O novo Mercado foi anunciado como exemplo dos melhoramentos empreendidos pela superintendência municipal por ser planejado de acordo com as regras de estética e técnicas de construção e não ter os inconvenientes do “velho pardieiro da praça”. Os elogios apresentados no jornal da situação, “A Republica”, são acompanhados de uma crítica ao jornal opositor, chamado de “órgão maragato” que se recusava a enxergar o avanço que a obra representava<sup>194</sup>. O jornal “O Estado”, por sua vez, anunciou que a inauguração havia sido marcada por um conflito que resultou em uma “cabeça quebrada” contrariando a ideia de ordem transmitida pelo seu opositor<sup>195</sup>.

As notícias demonstram que o antigo Mercado seria desativado e o comércio passaria a ser realizado apenas no novo prédio<sup>196</sup>. O galpão de peixe continuaria sendo utilizado para a venda de pescado por algum tempo apesar das licenças concedidas para sua venda no novo Mercado. Isto foi elogiado pela oposição que considerava o galpão espaçoso e ventilado sendo mais adequado para esse comércio<sup>197</sup>.

O jornal “O Estado” criticou a estrutura interna da nova edificação. Apontou que faltavam aparatos simples como ganchos, que o novo prédio havia sido mal construído e não possuía acomodações suficientes para satisfazer as exigências da população<sup>198</sup>. Informava que os compartimentos destinados à venda da carne e do peixe deixavam a desejar e que o espaço destinado a esse comércio era disputado entre os compradores. O centro do mercado, que abrigava os tabuleiros para a venda de frutas e legumes, era considerado espaçoso. No entanto, a autorização para que os colonos realizassem sua feira ali nas terças e quintas foi criticada, pois prejudicava o trânsito pelo espaço em virtude da grande quantidade de mercadorias espalhadas e da aglomeração do povo. Considerava-se haver lugar mais apropriado para a realização da feira. Provavelmente, o autor da matéria remetia ao espaço do

---

<sup>193</sup> POPINIGIS, Fabiane. *Trabalhadores do comércio ambulante de gêneros e comerciantes do mercado público de desterro no século XIX*. Comunicação apresentada no I Seminário Internacional de História do Trabalho/V Jornada Nacional de História do Trabalho. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, outubro de 2010. p. 18.

<sup>194</sup> BPESC - Jornal *Republica*. Florianópolis, 10 de Fevereiro de 1899. n.34.

<sup>195</sup> BPESC - Jornal *O Estado*. Desterro, 07 de fevereiro de 1899. N. 269. Microfilme – 14 de janeiro de 1897 a 30 de setembro de 1899, n. 193 a 456.

<sup>196</sup> BPESC - Jornal *Republica*. Florianópolis, 2 de Fevereiro de 1899. n.28

<sup>197</sup> BPESC - Jornal *O Estado*. Desterro, 07 de fevereiro de 1899. N. 269. Microfilme – 14 de janeiro de 1897 a 30 de setembro de 1899, n. 193 a 456.

<sup>198</sup> BPESC - Jornal *O Estado*. Desterro, 2 de fevereiro de 1899. N. 265. Microfilme – 14 de janeiro de 1897 a 30 de setembro de 1899, n. 193 a 456.

antigo Mercado desativado. Os impostos cobrados para a venda de gêneros dentro do Mercado também foram criticados pela oposição<sup>199</sup>.

Mesquita comparou a área das duas edificações e concluiu que o espaço do novo Mercado era insuficiente. A área do primeiro Mercado somada à área do galpão do peixe resultava em 1.363m<sup>2</sup> enquanto a área da nova construção possuía 1.806m<sup>2</sup>. O segundo prédio possuía uma área 32% superior em relação ao primeiro sendo a população 42% maior em relação ao ano de inauguração do galpão do peixe<sup>200</sup>.

O “velho pardieiro da praça”, chamado também de “Mercado velho” estava completamente demolido em março de 1899<sup>201</sup>. A demolição também não foi um consenso entre as autoridades e entre a situação e a oposição. Pensou-se em diferentes destinos para aquele espaço. “O Estado” chegou a sugerir que ele fosse reformado e utilizado para abrigar a feira dos colonos<sup>202</sup>.

As críticas ao Mercado continuaram meses e anos após a inauguração do prédio novo e demolição do antigo. Em julho de 1899, o jornal “O Estado” criticava a transferência da venda do pescado do galpão para ele. Enfatizava que sempre havia sido contrário a essa transferência, pois não havia um espaço adequado para isso no novo Mercado. Este teria sido dividido em grande número de “casinholas” e teria sobrado pouco espaço para a venda da carne e do peixe. Além disso, faltava esgoto para escoamento da água destinada à limpeza das bancas de para o mar. Em consequência, a área aterrada entre o cais e os fundos do Mercado estaria intransitável<sup>203</sup>. Em 1901, o jornal convidava às autoridades a passear por essa região e observar o lamaçal que ali se formava<sup>204</sup>.

A falta de espaço denunciada pode ser investigada através da busca por representações do Mercado e do seu entorno. Para que as imagens sejam entendidas é importante lembrar que o Mercado possuía apenas uma ala inicialmente, conforme se pode perceber pela fotografia apresentada a seguir (figura 6). Em 1929, iniciam-se as obras para a reforma da primeira ala e para a construção da segunda ala. A ampliação do Mercado envolveu o aterro de mais uma

---

<sup>199</sup> BPESC - Jornal *O Estado*. Desterro, 8 de fevereiro de 1899. N. 270. Microfilme – 14 de janeiro de 1897 a 30 de setembro de 1899, n. 193 a 456.

<sup>200</sup> MESQUITA, Ricardo Moreira. *Mercado: Do Mané ao Turista*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002. p. 70.

<sup>201</sup> BPESC - Jornal *Reouublica* Florianópolis, 25 de Março de 1899.

<sup>202</sup> BPESC - Jornal *O Estado*. Desterro, 12 de janeiro de 1899. N. 248. Microfilme – 14 de janeiro de 1897 a 30 de setembro de 1899, n. 193 a 456.

<sup>203</sup> BPESC - Jornal *O Estado*. Desterro, 23 de julho de 1899. N. 399. Microfilme – 14 de janeiro de 1897 a 30 de setembro de 1899, n. 193 a 456.

<sup>204</sup> BPESC - Jornal *O Estado*. Desterro, 4 de julho de 1901. N. 958. Microfilme – 01 de outubro de 1899 a 29 de setembro de 1901, n. 457 a 1028.

área sobre mar. Considerou-se que seria mais barato aterrar a área do que comprar terreno de um particular<sup>205</sup>.

**Figura 6:** Mercado novo em dia da feira dos colonos.



**Fonte:** Acervo da Casa da Memória.

A fotografia apresentada acima (figura 6) remete ao período entre 1899 e a 1929. Ela representa o movimento do Mercado em dia da chamada feira dos colonos. A figura 7, apresentada abaixo, demonstra a ocorrência do comércio de gêneros fora do espaço do Mercado no século XX.

**Figura 7:** Peixeiros vendendo seus produtos do lado de fora do mercado novo após 1915.



**Fonte:** Acervo IHGSC, Apud MESQUITA, 2010, p. 152.

<sup>205</sup> MESQUITA, Ricardo Moreira. *Mercado: Do Mané ao Turista*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002. p. 83.

Os comerciantes fotografados estão situados nos fundos da primeira e única ala na época, voltados para o mar sobre o alpendre construído em 1915. Percebe-se o espaço do Mercado era ou se tornou insuficiente para comportar o intenso comércio de pescado e que os peixes continuaram a ser vendidos expostos. O trapiche pode ser visto ao fundo da fotografia.

A figura abaixo (imagem 8) também representa o movimento ao redor do Mercado na atual Rua Conselheiro Mafra.

**Figura 8:** O movimento em torno do Mercado novo.



**Fonte:** Acervo da Casa de Memória.

As imagens 6, 7 e 8 demonstram o intenso movimento em torno do novo edifício. O espaço do Mercado Público continuava sendo importante para o abastecimento da cidade e bastante frequentado no início do século XX. As imagens mostram que as carroças e canoas continuavam presentes no cenário da cidade assim como o comércio ambulante destacado na imagem.

### ***3.4 Considerações***

A partir da documentação analisada foi possível perceber que as três obras abordadas foram consideradas importantes e que a construção dos referidos galpões foi pensada em um dado momento como uma estratégia eficaz e não apenas temporária para se resolver o problema da insuficiência de espaço enquanto um novo Mercado não pudesse ser construído. O comércio do pescado, dos gêneros da lavoura e a feira dos colonos eram importantes para o

abastecimento local embora ocorressem nas adjacências do Mercado. Era um comércio visto como volante, mas que se diferenciava do ambulante.

A construção de um Mercado novo havia sido abordada pela historiografia local, mas sentiu-se a necessidade de averiguar possíveis polêmicas em torno da sua construção. Aparentemente, o local de construção do novo prédio não estava em disputa e havia uma pressão e preocupação com os referidos galpões não associada necessariamente à construção de um novo Mercado. A estrutura do novo Mercado e o destino das antigas construções foram, no entanto, assuntos polêmicos. Polêmica essa exacerbada ou até motivada em parte pela rivalidade política que se expressava nos jornais locais.

A necessidade de mais espaço e de um espaço esteticamente superior justificou a construção do novo prédio de Mercado. No entanto, tudo indica que os colonos e os pescadores continuaram sem espaço coberto adequado para a venda de seus produtos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro mercado público de Desterro era um espaço concorrido no final do século XIX e o foi até sua desativação. Era o centro de abastecimento dos gêneros alimentícios da cidade, um espaço de negociações, interações, conflitos e de sociabilidade. Indivíduos provenientes de diferentes regiões da Ilha e adjacências, de diferentes condições sociais e financeiras usufruíram e tentaram usufruir desse espaço. Além dos negociantes estabelecidos nas casinhas e nas bancas situadas na parte interna do prédio, pombeiros, quitandeiras, pescadores e imigrantes transitavam por aquele espaço em busca da sobrevivência. A câmara apareceu como um lugar de demanda acionado por essa população na busca pelo acesso e permanência na área do Mercado.

A principal área de comércio de gêneros da cidade excedia o prédio do Mercado e os comerciantes fixos ali situados. As fontes demonstram a existência de um volumoso comércio na área adjacente que fornecia à população pescado e outros gêneros alimentícios produzidos pelos lavradores locais e pelas colônias de imigrantes. Além disso, enfatizam a importância, sobretudo, do mercado do peixe e da feira dos colonos. Tratava-se, como apontou o presidente da província Francisco José da Rocha, de um “mercado volante” que possuía inclusive um espaço definido apesar de não ser coberto. O mercado do peixe acontecia ao lado sul do mercado ou do seu lado esquerdo para quem o olhasse a partir da Igreja Matriz. A feira dos colonos acontecia no lado norte ou direito.

Esse panorama e a importância desse mercado volante puderam ser percebidos a partir dos conflitos causados pela concessão de licenças para a construção dos quiosques junto ao Mercado. A questão dos quiosques envolve disputas políticas que ultrapassam a questão do comércio de gêneros, mas que acabam por evidenciar sua valorização e a necessidade de mais espaço.

O abastecimento da cidade era uma preocupação e uma responsabilidade da administração pública gerida principalmente pelas esferas municipais. Cabia à câmara municipal e, posteriormente, ao conselho de intendência municipal e à superintendência municipal regular o comércio de gêneros, zelar pela qualidade dos produtos comercializados e pela comodidade daqueles que participavam desse comércio. Nesse contexto, a criação de espaços para abrigar o “mercado volante”, essencial para o abastecimento da cidade e valorizado pelas autoridades, emerge nos relatórios dos presidentes de província e na pauta

das reuniões das instâncias administrativas municipais com a justificativa da necessidade de espaço para acomodar os trabalhadores e garantir a qualidade dos gêneros alimentícios que não poderiam continuar expostos ao sol e “às intempéries”.

O desejo por um novo Mercado já estava presente na década de 1880 e estava associado a críticas em relação ao local, ao aspecto estético e à insuficiência de espaço no interior do Mercado então existente. A ampliação da área de comércio de gêneros, no entanto, não estava associada necessariamente à edificação de um novo prédio de Mercado e à demolição do antigo. A construção de áreas alternativas como galpões foi cogitada em diversos momentos como solução efetiva e não apenas provisória para o abrigo do mercado volante. Essas alternativas foram propostas na década de 1880 e no início da década de 1890. Em 1891, uma delas se concretizou na forma do galpão do peixe.

Não foram identificadas polêmicas em torno do local de construção do novo prédio de Mercado. Mesquita já havia apontado para o rápido encaminhamento da questão após apresentação da proposta. Os conselheiros aprovaram o projeto apresentado que tem como local indicado o Largo Silva Jardim e se inicia o processo para sua execução no local apontado. O jornal opositor apresenta críticas em relação à qualidade da obra.

A nova obra surge em um contexto no qual se busca a reorganização do espaço urbano e a consolidação do governo republicano. É veiculada como símbolo dos melhoramentos empreendidos pelos republicanos que estão no governo e criticada pela oposição. Esta tenta enfatizar a importância e utilidades dos antigos espaços enquanto a situação os desqualifica e passa a se referir ao primeiro Mercado como o “velho pardieiro da praça”. Em meio às disputas políticas expressas nos jornais, percebe-se que o processo de transferência do comércio para o novo prédio foi questionado e que a insuficiência de espaço não foi solucionada com a sua construção. Os “melhoramentos urbanos” empreendidos e à adaptação da cidade aos padrões europeus não representavam a inclusão espacial e social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. O que mais na praça havia- A sua praia e o seu miolo. In: *Nossa Senhora do Desterro: Notícia*. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 77-109.
- COSTA, Sandro da Silveira. Transfigurações Urbanas em Florianópolis (1880-1930). *ÁGORA - Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público de Santa Catarina*, Florianópolis, v. n. 29, p. 26-33, 1999.
- FARIAS, Juliana Barreto. Mercado em greve: Protestos e organização dos trabalhadores do pequeno comércio no Rio de Janeiro – Outubro, 1885. *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, n. 127 p. 100 – 157, 2010.
- FARIAS, J. *A Lagoa da Conceição também é dos pretos! Experiências dos grupos populares no leste da Ilha de Santa Catarina (1870-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de pós-graduação em História, Rio de Janeiro, 2003.
- FARIAS, Juliana Barreto. A Câmara e o mercado: Os trabalhadores da Praça do Mercado do Rio de Janeiro e suas relações com a municipalidade no século XIX. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 5, n. 9, p. 49-73, janeiro-junho de 2013.
- FERREIRA, Gilmar. de C. *Morros de lavoura: A vida agrícola na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1875 – 1900)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: Das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HUBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.
- LIMA, Angela Bernadete Lima. *Da feira ao mercado: Abastecimento, práticas de venda e de fiscalização de gêneros alimentícios em Desterro/Florianópolis (1880-1930)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Em nome da beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX. *Geosul*, Florianópolis, v. 14, n. 28, jul./dez. 1999, p. 179-188.
- MARTINS, Valter. Nos arredores do Mercado Grande: Mudança Urbana e Agitação Social em Campinas na Segunda Metade do Século XIX. *Oculum Ensaios (PUCCAMP)*, Campinas, p. 44-57, 2002.

MARTINS, Valter. Pelas ruas, de porta em porta. Verdureiros, quitandeiras e o comércio ambulante de alimentos em Campinas na passagem do Império à República. *Revista de História Regional*, 14(2), p. 53-81, 2009.

MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição*. Escravos e Senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

MESQUITA, Ricardo Moreira. *Mercado: Do Mané ao Turista*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002.

NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889 - 1920)*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República na virada do século XIX para o XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (org). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 14-43.

PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1859-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

POPINIGIS, Fabiane. Trabalhadores do comércio ambulante de gêneros e comerciantes do mercado público de desterro no século XIX. In: I Seminário Internacional de História do Trabalho/V Jornada Nacional de História do Trabalho. *Anais*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, outubro de 2010.

POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras”: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro – 1840-1890. *Afro-Ásia*, 46, p. 193-226, 2012.

POPINIGIS, Fabiane. *Maria Mina e as disputas pelo mercado de trabalho em Desterro, século XIX*. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 115-135, 2013.

SILVA, Jorge Nivaldo de. *A Descoberta do Mercado Público*. Florianópolis: Associação dos Comerciantes e Varejistas do Mercado Público, 1996.

SOUZA, Juliana Teixeira Souza. As câmaras municipais e os trabalhadores no Brasil Império. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 5, n. 9, p. 11-30, janeiro-junho de 2013.

VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: Memória Urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

YAMAMOTO, André. R. P. I. Reconstruindo o Mercado Público de Florianópolis. *Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC - Brasil* ISSN 1984-3968, v.1, n.1, 2008.

## LISTA DE FONTES ESCRITAS/IMPRESSAS

### **Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina**

- BPESC - *Jornal do Commercio*. Desterro, 28 de maio de 1881. N. 3.
- BPESC - *Jornal do Commercio*. Desterro, 12 de outubro de 1884. N. 283.
- BPESC - *Jornal do Commercio*. Desterro, 18 de julho de 1885. N. 157.
- BPESC - *Jornal do Commercio*. Desterro, 29 de Janeiro de 1888.
- BPESC - *Jornal Conservador*. Desterro, 6 de abril de 1885. N. 73.
- BPESC - *Jornal Conservador*. Desterro, 19 de outubro de 1885. N. 233.
- BPESC - *Jornal Conservador*. Desterro, 13 de maio de 1887. N. 98.
- BPESC - *Jornal Conservador*. Desterro, 25 de janeiro de 1888.
- BPESC - *Jornal Conservador*. Desterro, 26 de Janeiro de 1888.
- BPESC - *Jornal Conservador*. Desterro, 27 de Janeiro de 1888.
- BPESC - *Jornal Conservador*. Desterro, 14 de dezembro de 1888.
- BPESC - *Jornal Conservador*. Desterro, 05 de fevereiro de 1889. N. 29.
- BPESC - *Jornal Republica*. Florianópolis, 18 de Dezembro de 1896. N. 277.
- BPESC - *Jornal Republica*. Florianópolis, 29 de Dezembro de 1896. N. 284
- BPESC - *Jornal Republica*. Florianópolis, 14 de Janeiro de 1899. N.12
- BPESC - *Jornal Republica*. Florianópolis, 2 de Fevereiro de 1899.
- BPESC - *Jornal Republica*. Florianópolis, 7 de Fevereiro de 1899.
- BPESC - *Jornal Republica*. Florianópolis, 10 de Fevereiro de 1899. N.34.
- BPESC - *Jornal Republica*. Florianópolis, 19 de Fevereiro de 1899. N. 41.
- BPESC - *Jornal Republica*. Florianópolis, 25 de Março de 1899.
- BPESC - *Jornal O Estado*. Desterro, 12 de janeiro de 1899. N. 248. Microfilme – 14 de janeiro de 1897 a 30 de setembro de 1899, n. 193 a 456.
- BPESC - *Jornal O Estado*. Desterro, 1 de fevereiro de 1899. Microfilme – 14 de janeiro de 1897 a 30 de setembro de 1899, n. 193 a 456.
- BPESC - *Jornal O Estado*. Desterro, 02 de fevereiro de 1899. N. 265. Microfilme – 14 de janeiro de 1897 a 30 de setembro de 1899, n. 193 a 456.
- BPESC - *Jornal O Estado*. Desterro, 07 de fevereiro de 1899. N. 269. Microfilme – 14 de janeiro de 1897 a 30 de setembro de 1899, n. 193 a 456.
- BPESC - *Jornal O Estado*. Desterro, 8 de fevereiro de 1899. N. 270. Microfilme – 14 de janeiro de 1897 a 30 de setembro de 1899, n. 193 a 456.
- BPESC. *Jornal O Estado*. Desterro, 4 de julho de 1901. N. 958. Microfilme – 01 de outubro de 1899 a 29 de setembro de 1901, n. 457 a 1028.
- BPESC. *Jornal O Estado*. Desterro, 23 de julho de 1899. N. 399. Microfilme – 14 de janeiro de 1897 a 30 de setembro de 1899, n. 193 a 456.

### **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina**

- APESC - Regulamento da Praça do Mercado submetido à aprovação do Presidente da Província em 1850. Art. 30. Desterro, 21 de dezembro de 1850.

APESC - Correspondências do Presidente da Província às Câmaras Municipais. Desterro, 16 de Maio de 1887.

APESC. Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente da Província. Desterro, 17 de abril de 1887.

APESC - Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente da Província. Desterro, 2 de Junho de 1887.

APESC - Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente da Província. Desterro, 8 de Junho de 1887.

APESC - Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente de Província. Desterro, 13 de Junho de 1887.

APESC - Correspondências do Presidente da Província às Câmaras Municipais. Desterro, 30 de junho de 1887.

APESC - Correspondências do Governador às Intendências Municipais. Desterro, 15 de fevereiro de 1890.

### **Arquivo Público Municipal de Florianópolis**

APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 7 de janeiro de 1887, caixa 22, livro 257.

APMF - Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 10 de Janeiro de 1887, caixa 22, livro 257.

APMF - Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 17 de Janeiro de 1887, caixa 22, livro 257.

APMF - Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 18 de Janeiro de 1888, caixa 22, livro 257.

APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 5 de março de 1887, caixa 22, livro 257.

APMF - Ata das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 17 de março de 1887, caixa 22, livro 257.

APMF - Ata das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 2 de abril de 1887, caixa 22, livro 257.

APMF - Ata das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 23 de abril de 1887, caixa 22, livro 257.

APMF - Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 4 de Julho de 1887, caixa 22, livro 257.

APMF- Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 24 de Outubro de 1887, caixa 22, livro 257.

APMF - Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 25 de Novembro de 1887, caixa 22, livro 257.

APMF - Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 7 de Janeiro de 1888, caixa 22, livro 257.

APMF - Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 28 de Janeiro de 1888, caixa 22, livro 257.

APMF - Atas das Sessões da Câmara Municipal. Desterro, 23 de Fevereiro de 1888, caixa 22, livro 257.

- APMF. Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 25 de maio de 1889, caixa 22, livro 257.
- APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 21 de janeiro de 1890, caixa 22, livro 257.
- APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 3 de fevereiro de 1890, caixa 22, livro 257.
- APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 3 de março de 1890, caixa 22, livro 257.
- APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 24 de março de 1896, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 31 de março de 1890, caixa 22, livro 257.
- APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 5 de maio de 1890, caixa 22, livro 257.
- APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 3 de março de 1890, caixa 22, livro 257.
- APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 7 de maio de 1890, caixa 22, livro 257.
- APMF - Atas das sessões da Câmara Municipal. Desterro, 27 de setembro de 1890, caixa 22, livro 257.
- APMF - Atas das sessões do Conselho da intendência Municipal. Desterro, 13 de janeiro de 1891, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões do Conselho da intendência Municipal. Desterro, 31 de janeiro de 1891, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 23 de dezembro de 1895, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 28 de dezembro de 1895, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 23 de dezembro de 1895, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 28 de dezembro de 1895, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 24 de março de 1896, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 30 de março de 1896, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 23 de abril de 1896, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 13 de outubro de 1896, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 5 de novembro de 1897, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 13 de janeiro de 1898, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 26 de janeiro de 1898, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 5 de abril de 1898, caixa 50, n. 269.
- APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 6 de abril de 1898, caixa 50, n. 269.

APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 13 de abril de 1898, caixa 50, n. 269.

APMF - Atas das sessões do Conselho de Intendência Municipal. Florianópolis, 14 de abril de 1898, caixa 50, n. 269. 297.

APMF. Lançamento de termos de contratos e arrendamentos da Intendência Municipal. Desterro, 25 de junho de 1894, n. 275, f. 14 -16.

APMF- Lançamento de termos de contratos e arrendamentos da Intendência Municipal. Desterro, 25 de junho de 1894, n. 275, f. 39, 45v e 46.

APMF - Lançamento de termos de contrato diversos. Florianópolis, 24 de dezembro de 1896, n. 287, f. 16 e 16v.

APMF- Lançamento de termos de contrato diversos. Florianópolis, 24 de dezembro de 1896, n. 287, p. 16v e 17.

APMF - Lançamento de termos de contrato diversos. Florianópolis, 26 de dezembro de 1896, n. 287, 17 e 17v.

APMF - Lançamento de termos de contrato diversos. Florianópolis, 7 de dezembro de 1897, n. 287.

APMF- Lançamento de termos de contrato diversos. Florianópolis, 1º de março de 1898, n. 287, f. 56v e 57.

APMF- Lançamento de termos de contrato diversos. Florianópolis, 1º de março de 1898, n. 287, f. 57 e 57v.

APMF - Lançamento de termos de termos de contrato diversos. Florianópolis, 10 de Março de 1898, n. 287.

APMF - Registros de Ofícios e Portarias. Florianópolis, 1º de julho de 1897, caixa 51, n. 297.

APMF - Registros de Ofícios e Portarias. Florianópolis, 1º de outubro de 1897, caixa 51, n. 297.

## Diversos

IBGE. Recenseamento do Brasil em 1872. Santa Catharina. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em julho de 2014.

Lei de 1º de Outubro de 1828. *Coleção de Leis do Império do Brasil* - 1828. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

Lei de 15 de Novembro de 1831. *Coleção de Leis do Império do Brasil* - 1831. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

Lei nº 40, de 3 de Outubro de 1834. *Coleção de Leis do Império do Brasil* – 1834. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

Decreto nº 416, de 13 de Junho de 1845. *Coleção de Leis do Império do Brasil* – 1845. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

Decreto nº 4.105, de 22 de Fevereiro de 1868. *Coleção de Leis do Império do Brasil* -1868. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado em agosto de 2014.

Ofício do Presidente de Província à Câmara Municipal de Desterro em 17, 18, 21 e 26 de Janeiro de 1888 Apud PETRY, Fernando Floriani; VAILATI, Teci. Na Briga pelo poder – Entre quiosques e partidos: Edição de documentos enviados pelo Presidente de Província de Santa Catarina à Câmara Municipal, de 07 de janeiro a 20 de maio de 1888. Trabalho apresentado na disciplina de Filologia, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2.<sup>a</sup> sessão de sua 26.<sup>a</sup> legislatura, pelo presidente, Francisco José da Rocha, em 11 de outubro de 1887. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu>>. Acessado em julho de 2014.

Relatório com que ao Exm. Sr. Coronel Augusto Fausto de Souza, presidente da Provincia de Santa Catharina passou a administração da mesma Provincia o Dr. Francisco José da Rocha em 20 de maio de 1888. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu>>. Acessado em julho de 2014.

Relatório com que o Exm. Sr. coronel Dr. Augusto Fausto de Souza abriu a 1.<sup>a</sup> sessão da 27.<sup>a</sup> legislatura da Assembleia Provincial em 1.<sup>o</sup> de setembro de 1888. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu>>. Acessado em julho de 2014.

Mensagem do Coronel Gustavo Richard ao vice-governador do Estado de Santa Catarina na abertura do primeiro Congresso Legislativo a 29 de setembro de 1891. Disponível em: <[ttp://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u947/000010.html](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u947/000010.html)>. Acessado em agosto de 2014.

SAINT-HILAIRE, August. Viagem á Província de Santa Catharina (1820). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 157-158. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5, Brasileira, vol. 58.

## LISTA DE FONTES ICONOGRÁFICAS

Comércio na praia do primeiro prédio de mercado entre 1890 e 1899. Acervo Casa da Memória.

Vista do Mercado a partir da Igreja Matriz na década de 1890 apud SILVA, Jorge Nivaldo de. *A Descoberta do Mercado Público*. Florianópolis: Associação dos Comerciantes e Varejistas do Mercado Público, 1996, p. 23.

Comércio nas adjacências do Mercado. Acervo Casa da Memória.

Proposta de melhoramentos efetuada por Antero de Brito em 1846. APESC - Correspondência Oficial com a Câmara Municipal, 1847-1848 apud MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Em nome da beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX. *Geosul*, Florianópolis, v. 14, n. 28, jul./dez. 1999, p. 179-188.

Rua do Comércio no final do século XIX. Acervo da Casa da Memória.

Mercado novo em dia da feira dos colonos. Acervo da Casa da Memória.

Peixeiros vendendo seus produtos do lado de fora do mercado novo após 1915. Acervo IHGSC apud MESQUITA, Ricardo Moreira. *Mercado: Do Mané ao Turista*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002, p. 152.

O movimento em torno do Mercado novo. Acervo da Casa de Memória.